



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RITA MARIA COSTA SOARES

REELEIÇÃO PARA O LEGISLATIVO ESTADUAL:

Fatores determinantes - PARÁ, 2002-2010

**Belém-PA
2013**

RITA MARIA COSTA SOARES

REELEIÇÃO AO LEGISLATIVO ESTADUAL:

Fatores determinantes - PARÁ, 2002-2010

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Professora Doutora Marise Rocha Morbach.

**Belém-PA
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA

Soares, Rita Maria Costa Soares

Reeleição ao Legislativo Estadual:
Fatores determinantes - PARÁ, 2002-2010 / Rita
Maria Costa Soares – Belém, 2013.
77 f.

Dissertação de Conclusão do grau de Mestre em
Ciência Política (Mestrado) –
Universidade Federal do Pará, 2013.
Orientadora: Prof^a. Dr^a Marise Rocha Morbach

1. A Amnésia dos eleitores.
2. Teste das Hipóteses.
3. A reeleição diante das Variáveis Analíticas

CDD

SOARES, Rita Maria Costa

Dissertação: Reeleição ao Legislativo Estadual: Fatores determinantes - PARÁ,
2002-2010

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para a obtenção do
título de Mestre em Ciência Política pelo
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Pará.

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/2013 pela Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Marise Rocha Morbach - Orientadora
Universidade Federal do Pará – PPGCP

Prof.(a) Dr.(a)
Universidade Federal do Pará – PPGCP

Prof.(a) Dr.(a)
Universidade Federal do Pará – PPGCP

Prof.(a) Dr.(a) - Membro externo

Prof. Dr. Carlos Augusto Silva Souza
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

*Aos meus pais, Augusto e Pedrolina,
sempre presentes; aos meus irmãos, Sônia,
Antônio, Carlos e Lara, fonte de inspiração.*

AGRADECIMENTOS

Ícone da música popular brasileira, Antônio Carlos Jobim já nos alertava que é impossível ser feliz sozinho. Certamente sabia ele, que qualquer que seja o engenho humano depende da colaboração do apoio ou no mínimo da torcida de muitos. Este trabalho é a prova de que sem grandes apoios não saímos do ponto de partida. Muitas são as pessoas a agradecer.

À minha orientadora, professora doutora Marise Rocha Morbach, pela paciência e calma mesmo nos momentos mais tensos e que não me deixou desistir; ao professor doutor Roberto Corrêa, fundamental na busca de caminhos que levassem aos resultados.

Ao coordenador do curso, professor doutor Carlos Souza, e ao vice coordenador, Celso Vaz pelo incentivo e ajuda, cobrança nos momentos necessários e apoio, sempre. Agradeço também aos servidores da Assembleia Legislativa do Pará na pessoa de Dilma Tavares, sem a qual não seria possível conseguir acesso a algumas das informações analisadas neste trabalho; ao Franciélcio Belúcio, pela ajuda na tabulação das informações, essencial para chegar às conclusões expostas; aos servidores do Programa de Pós Graduação em Ciência Política pela dedicação.

Agradecimento especial também à amiga, sócia e companheira deste mestrado, Marta Brasil, sempre presente; à Marla Mesquita, que em um gesto de grande generosidade, compartilhou seus conhecimentos, deu apoio, guiou o trabalho; à colega Sheyla Moraes, sempre pronta a ajudar com conselhos e sugestões, e aos demais Bruna, Dornélio, Izaquiel, Américo, João Augusto, Silvia, Gerbson, Carlos França, Feitosa, Vicente e Rafael pela companhia agradável e troca de experiências enriquecedoras.

Aos meus pais, Augusto e Pedrolina e aos meus irmãos, Sônia, Antônio, Carlos e Lara pela torcida, incentivo, presença constante e apoio nos momentos mais tensos. Desnecessário dizer que os méritos são nossos, mas os pecados são todos meus.

“Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos”

Winston Churchill

RESUMO

Esta dissertação buscou encontrar fatores determinantes para explicar o sucesso eleitoral de deputados estaduais que concorrem à reeleição. Para isso, foram testadas cinco variáveis: participação na Mesa Diretora; Participação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Participação na Comissão de Constituição e Justiça; receitas de campanha declaradas pelos candidatos à Justiça Eleitoral e padrão geográfico de distribuição do voto. A nossa conclusão foi de que a receita de campanha e o padrão geográfico do voto (concentrado ou disperso) possuem maior relevância para o sucesso eleitoral que a participação em instâncias de poder nas Casa Legislativa (Mesa Diretora e comissões). A pesquisa tomou como base de estudo as eleições para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará nos anos de 2002, 2006 e 2010, relacionando o papel dos deputados na arena legislativa aos resultados eleitorais obtidos, bem como às receitas de campanha nestes pleitos, com o objetivo de avaliar a relação das referidas variáveis com o sucesso ou fracasso eleitoral dos candidatos à reeleição.

Palavras-Chave: Reeleição do Legislativo. Receitas de campanha. Geografia do voto. Mesa Diretora, Comissões.

ABSTRACT

The dissertation aims to assess whether the prescription campaigning's recipe is more relevant than participation in positions of power in the legislative house, and both are crucial for reelection. The measurement method used was the dummy and the chosen variables: participation in committees, participation in official campaign spending. In this analysis the research was based on a study of elections to the Legislative Assembly of the State of Pará in 2006 and 2010, relating the role of parliamentarians in the legislative arena to the election results in order to evaluate the importance of participation instances home force for the success or failure of election candidates. The search result denies the hypothesis that campaign revenues have greater influence than the parts, since none of the variables is crucial for reelection.

Keywords: Legislature re-election. Campaigning's recipe. Participation in positions of power.

LISTA DE INLUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo Poliárquico de Dahl.....	23
Gráfico 1 – Média de receitas de campanha para reeleição por deputado e eleição. – valores corrigidos pelo IGP-DI p/ maio/2013 (R\$).	47
Quadro 1 - Resumo das Correlações da ALEPA 2013.....	50
Quadro 2 - Comparação entre as correlações na ALEPA 2013.....	53
Quadro 3 - Receitas declaradas de campanha.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Retrospectiva Eleitoral (2002).....	18
Tabela 2 - Soma das receitas de campanhas dos deputados que concorreram..... à reeleição e valores corrigidos	43
Tabela 3 - Participação dos deputados que concorreram à reeleição na CCJ.....	43

LISTA DE SIGLAS

ALEPA - Assembleia Legislativa do Estado do Pará

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça

CFFO - Constituição de Fiscalização Financeira e Orçamentária

CMO - Comissão Mista do Orçamento

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

ESEB - Estudo Eleitoral Brasileiro

IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

PMDB - Partido do Movimento Democrático do Brasil

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	09
LISTA DE INLUSTRAÇÕES.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
1º CAPÍTULO - A AMNÉSIA DOS ELEITORES.....	16
1.1 A CARREIRA POLÍTICA.....	19
1.1.1 O Novo Institucionalismo e a Teoria da Escolha Racional.....	28
1.2 SISTEMA ELEITORAL: AS REGRAS FORMAIS DO O JOGO.....	32
1.2.1 Quem São os Elegíveis	35
1.2.2 O Modelo de Análise	38
2º CAPÍTULO - TESTE DAS HIPÓTESES	41
2.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO	41
2.1.1 O Papel das Comissões.....	43
2.1.2 A Mesa Diretora	45
2.1.3 Os Gastos Com Campanha	46
2.1.4 A Variável <i>Dummy</i>	48
3º CAPÍTULO – A REELEIÇÃO DIANTE DAS VARIÁVEIS ANALÍTICAS.....	49
3.1 REELEIÇÃO E RECEITAS DE CAMPANHA	50
3.1.1 Diferença no impacto sobre a reeleição entre a participação em.....	54
comissões no legislativo federal e estadual	
3.2 O PESO DO PADRÃO GEOGRÁFICO DE DISPERSÃO DO VOTO.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICES	72

INTRODUÇÃO

Como toda ciência, a Ciência Política também tem a pretensão de tentar prever resultados dos fenômenos afeitos a ela a partir de análises teóricas e empíricas capazes de criar generalizações sobre o comportamento dos indivíduos e sobre o funcionamento das instituições. Dito isso, destaco que este trabalho tem o intuito de compreender que fatores podem explicar o sucesso ou fracasso eleitoral de um candidato que busca a reeleição ao Legislativo. A pesquisa de dissertação testou cinco variáveis que, à *priori*, poderiam ter grande relação com os resultados eleitorais. Essas variáveis foram divididas em dois grupos: o primeiro afeito à arena legislativa e o segundo, relacionado à arena eleitoral, a saber, as receitas de campanha e o padrão de concentração/dispersão eleitoral (geografia do voto). Procuramos avaliar se estas possuem maior relevância que a participação em instâncias de poder na Casa Legislativa.

O objetivo inicial desta dissertação era o de investigar se as variáveis: participação em comissões (Constituição e Justiça; Fiscalização Financeira e Orçamentária) participação na Mesa Diretora e receitas declaradas de campanha eram fatores determinantes para o sucesso eleitoral de deputados estaduais que concorrem à reeleição. Uma vez que nenhuma das quatro variáveis testadas apresentou correlação forte com a reeleição, decidimos testar uma quinta variável: o padrão de distribuição geográfica do voto (concentrado ou disperso).

A escolha das variáveis, participação em comissões e na Mesa Diretora, foi feita em razão do grau de poder e tomada de decisão destas dentro do Legislativo. Suas funções e funcionamento serão explicados no capítulo do estudo de caso.

O método de aferição utilizado nesta pesquisa foi a variável *dummy*, posto que esta nos permite fazer correlações entre nossa variável dependente - reeleição (y) - e as variáveis independentes (x). Como afirmado acima são cinco as variáveis independentes estudadas: participação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ); participação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO); Participação na Mesa Diretora, Receitas de campanha e por fim o Padrão de distribuição geográfica do voto. Nosso objetivo foi estabelecer qual o grau de correlação entre as variáveis dependentes (reeleição dos deputados que querem voltar à AL) com as demais, bem como estabelecer hierarquias entre elas, a partir do índice de correlação obtido a partir do uso da variável *dummy*.

Presumia-se que as três variáveis de longo prazo (presença nas instâncias de poder na AL) deveriam estruturar o processo eleitoral, porém as variáveis de maior influência seriam a receita de campanha e o padrão de distribuição geográfica do voto, levando-se em consideração que o eleitor não acompanha a vida legislativa do seu candidato.

Para realizar tal análise a pesquisa tomou como base de estudo as eleições para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará nos anos de 2002, 2006 e 2010.

As perguntas de pesquisa são: A participação nas instâncias de poder na AL são determinantes para o sucesso de deputados que buscam a reeleição? As receitas declaradas de campanha têm maior ou menor influência que a participação nas instâncias de poder na AL para a reeleição de deputados? O padrão geográfico do voto (disperso ou concentrado) facilita ou dificulta a vida dos deputados que buscam um novo mandato?

A presente dissertação foi estruturada em quatro capítulos assim distribuídos: (1) A Careira Política; (2) teste das hipóteses a partir das variáveis *dummy* e (3) a reeleição a partir das variáveis analíticas.

1º CAPÍTULO

A AMNÉSIA DOS ELEITORES

Duas das questões mais prementes nos estudos de Ciência Política são por que os eleitores votam como votam e, por consequência, que fatores determinam o sucesso ou fracasso eleitoral de determinado candidato. Responder a essas questões é um passo necessário para dar certo grau de previsibilidade ao principal evento das democracias modernas: as eleições.

Que fatores podem explicar o sucesso ou fracasso eleitoral de um candidato? A resposta para esta questão tem suscitado variados estudos dos cientistas políticos em todo mundo e no Brasil não tem sido diferente. Uma das possibilidades de análise desta questão está no âmbito do que se denomina conexão eleitoral, ou seja, o estudo da relação entre a atividade parlamentar (arena legislativa) e os resultados eleitorais (arena política) de candidatos que concorrem à reeleição.

No Brasil, a maioria dos estudos nessa área trata de resultados eleitorais referentes à disputa por vagas na Câmara Federal que tem dinâmica bastante distinta daquela que se observa nos legislativos subnacionais.

Entre essas diferenças está o fato de que a área de atuação dos deputados estaduais é mais reduzida em relação aos seus congêneres federais. Essa distinção se agravou a partir da Constituição de 1988 que limitou as áreas que podem ser objeto de legislação estadual. Na prática, há pouca margem para a atividade legislativa subnacional, o que faz com que deputados estaduais busquem outras vias para demonstrar atuação e, com isso, convencer o eleitor a repetir o voto.

Referindo-se aos estudos referentes à reeleição para o Congresso brasileiro, Pereira e Rennó (2002), afirmam que a maioria dos estudos descreve com argúcia e riqueza de detalhes o contexto das eleições e os recursos que os deputados têm à sua disposição, mas poucos enfocam como os tipos de atividades realizadas pelo deputado dentro e fora do Congresso podem afetar suas chances de reeleição. Quando se trata de legislativos estaduais, a carência de estudos torna-se ainda maior. É preciso ressaltar que as Assembleias Legislativas não são a Câmara Federal em miniatura. Elas possuem dinâmicas diferentes e por isso a necessidade de estudos específicos para os legislativos subnacionais.

Singer (2000) compara os fenômenos políticos aos meteorológicos e constata que a dificuldade para fazer as previsões está no grande número de fatores que se

inter-relacionam a cada momento e na necessidade de determinar a diferença de peso relativo que cada um terá no resultado final.

Os resultados de uma eleição são influenciados por variáveis de longo prazo (renda, escolaridade, identificação partidária, etc.) que se combinam a outros que podem, momentaneamente, ser determinantes no processo de disputas no mercado de votos (crise econômica, escândalo envolvendo um candidato, etc.).

A diferença no grau de atuação pode levar a estratégias específicas na luta pela reeleição à Assembleia Legislativa. Nicolau (2006) afirma que as eleições são o momento privilegiado para que o eleitor puna ou recompense seus representantes. Os bons governantes são reconduzidos ao poder, enquanto os com desempenho ruim são afastados. Assim, após avaliar o desempenho de um candidato (ou partido) que esteja em determinado cargo eletivo, o cidadão pode recompensá-lo ou puni-lo na eleição seguinte. É o que chamamos de voto retrospectivo, com base em uma história passada, exatamente o tipo que se imagina apresentar quando o assunto é reeleição ¹, uma vez nesse caso, o candidato já teria um mandato a explorado na campanha com o objetivo de julgado pelo eleitor.

Recorremos mais uma vez a Nicolau (2006) para definir punição e recompensa em contexto eleitoral. Esta acontece quando o eleitor avalia o representante de maneira positiva e vota por sua reeleição (ou de seu partido). A punição ocorre quando o eleitor escolhe outro candidato (ou partido) ou prefere não expressar preferência por nenhum candidato (não comparecimento ou anulação do voto).

Uma questão relevante é quais os critérios usados pelo eleitor nessa avaliação e de quais instrumentos os candidatos à reeleição se utilizam para prestar contas ao eleitor e ao mesmo tempo pedir um novo mandato.

Limongi e Figueiredo (2005) acreditam que para compreender a dinâmica do sistema político brasileiro é necessário adentrar as portas do Congresso e analisar o seu funcionamento interno. Eles advertem que as novas regras impostas pela Constituição de 1988 geraram uma enorme mudança no padrão de comportamento tanto do poder Legislativo quanto do Executivo. Deve-se ressaltar, porém, que seus

¹ Os estudos sobre o que leva o eleitor a recompensar ou punir um candidato vem tendo ampla literatura. Dois exemplos são: Horizonte do Desejo: Instabilidade, Fracasso Coletivo e Inércia Social de Wanderley Guilherme dos Santos (2006) e A Cabeça do Eleitor de Alberto Almeida (2008).

estudos tiveram como objeto a Câmara Federal que, como já afirmamos, possui dinâmica bem distinta dos legislativos estaduais.

É quase consenso entre os estudiosos que há pouco interesse dos brasileiros de um modo geral pela atividade parlamentar, o que sustenta a hipótese deste trabalho de que a atuação dos deputados estaduais na arena legislativa teria importância apenas marginal no momento da reeleição. Não existem muitos estudos empíricos que nos permitam chegar a conclusões precisas sobre o acompanhamento, por parte dos eleitores, das ações de seus representantes na arena legislativa, o que nos leva a buscar na arena eleitoral a chave para entender os fatores preponderantes para a reeleição.

Uma constatação desse desinteresse foi mostrada no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizado em 2002, citado por Nicolau (2006). Perguntados se lembravam em quem haviam votado para deputado federal na eleição anterior (1998), 67% dos eleitores disseram que não se lembravam, e apenas 15% apontaram um nome de um candidato que de fato concorreu naquele ano. “Portanto, podemos dizer que o uso do voto retrospectivo nas eleições para a Câmara dos Deputados (em 2002) foi completamente marginal” como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1- Retrospectiva eleitoral (2002)

Em quem você votou na eleição de 1998 para:	Não Lembram (%)	Lembram (%)
Deputado Federal	67	15
Deputado Estadual	53	3

Fonte: ESEB, 2002

Outra pesquisa, realizada pelo IUPERJ, anterior à apresentada acima tendo como base as eleições de 1990 revelou que naquele ano, 55,0% dos eleitores disseram não lembrar quem votaram para a Câmara Federa; 25% não votaram; 4% apresentaram nomes de candidatos que não concorreram; 3% anularam o voto ou não souberam responder; e apenas 12,5% conseguiram se lembrar do candidato que escolheram. Os resultados não permitem estabelecer qual é o contingente de parlamentares citados na lista dos que se elegeram (Nicolau, 1994).

Compreende-se que o mesmo ocorra em relação aos legislativos estaduais. Na Assembleia Legislativa do Pará, essa falta de interesse tem sido apontada por

deputados e estudiosos embora, careça de dados que nos permitam medi-la. Este estudo tem a pretensão de ajudar a suprir essa lacuna. Alie-se ao possível desinteresse do eleitor ao pouco empenho da Assembleia Legislativa do Pará em divulgar dados da avaliação de desempenho, dos deputados (informação sempre cercada de sigilo, mesmo após o advento da lei da Transparência) e é possível inferir que o desempenho na arena legislativa tenha pouca ou nenhuma influência sobre os resultados eleitorais.

Presença em plenário, apresentação de projetos, pronunciamentos, participação em comissões externas, todos esses dados essenciais para compreender a dinâmica da atuação parlamentar individual e no conjunto do corpo legislativo não estão disponíveis na Assembleia Legislativa do Pará, em uma série histórica que nos permita fazer correlações seguras com os resultados eleitorais. No Pará, apenas graças a iniciativas individuais é possível encontrar dados organizados em um determinado ano, mas logo no seguinte, o que teremos são informações incompletas, algumas em local desconhecido dos próprios servidores da Casa dificultando sobremaneira os estudos legislativos no Estado, em especial os que procuram entender a atuação parlamentar a partir de rankings de desempenho quantitativo.

Diante desse quadro não é temerário supor que mesmo o eleitor mais atento tenha dificuldade para acompanhar de forma objetiva a atuação do seu deputado. Alguns oferecem, ao longo do mandato, publicações que caracterizam como “prestação de contas”, mas estas se servem muito mais a peças propagandísticas, ao mesmo tempo, que obviamente, não permitem fazer comparações objetivas com os demais deputados.

1.1 A CARREIRA POLÍTICA

Os deputados federais brasileiros têm cinco escolhas principais de carreira política: retirar-se do jogo político (aposentar-se); concorrer a um cargo legislativo estadual (ambiçãõ regressiva); concorrer à reeleição (ambiçãõ estática); e concorrer a cargos mais altos (ambiçãõ progressiva). No caso dos deputados estaduais, a chegada à Assembleia Legislativa é o primeiro passo para uma carreira com projeção estadual ou nacional. Muitos deputados estaduais veem das Câmaras de Vereadores, ocuparam cargos executivos no município, se destacaram em

atividades empresariais ou são oriundos de movimentos sociais. Aqui, cabe ressaltar que este estudo não trata de recrutamento político, estando limitado a avaliar as correlações entre a atuação parlamentar e os resultados eleitorais em uma eventual disputa à reeleição².

O bom desempenho na AL pode ser o passaporte para ocupar um cargo executivo (prefeito, vice-governador, governador). A maioria, porém, almeja mesmo o Congresso Nacional. No período analisado, por exemplo, dois ex-presidentes da AL - Luiz Otávio Motta Pereira e Mário Couto - conquistaram vagas no Senado. É grande também, o número de deputados estaduais que concorrem à vaga na Câmara Federal.

Samuels (2000) defende que o fenômeno político a ser estudado no Brasil não é a reeleição, mas sim os altos índices de renovação da Câmara. Em consequência da ambição progressiva de alguns deputados, que os leva a disputar outros cargos eletivos, muitas vezes com acesso a uma maior quantidade de recursos, e da vulnerabilidade eleitoral de outros deputados que buscam cargos inferiores, a tradição brasileira, de acordo com esse autor, é manter altas taxas de renovação. Além disso, Samuels (2000) argumenta que a estrutura político-institucional brasileira não incentiva a busca da reeleição e afirma que o uso de políticas distributivas tem impacto limitado na tentativa de retorno à Câmara e que o *pork barrel* (políticas com benefícios concentrados) serve basicamente para estimular a ambição progressiva dos deputados que querem concorrer a postos mais altos.

Apesar dessa análise, no Pará a nossa constatação é de que é bastante significativo o número de deputados estaduais que concorrem à reeleição. Nos três pleitos analisados neste trabalho (2002, 2006 e 2010), o índice dos que se submeteram a uma nova avaliação do eleitor, disputando o mesmo cargo, chegou a 74,8%. A cada ano, são eleitos 41 deputados, o que nos dá um total de 123 nomes no período analisado (neste trabalho não são analisados os casos dos deputados que assumiram o cargo como suplentes). Dos deputados eleitos no período, 92 se candidataram para uma nova eleição à AL e desses, 66,4% obtiveram sucesso.

² Um importante estudo sobre recrutamento eleitoral no Pará foi feito por Luzia Miranda Álvares (2005) em sua Tese de doutorado: *Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares*. Ainda no tema recomenda-se o trabalho do professor Edir Veiga (2005) *Formato e Evolução do Sistema Partidário do Pará – Uma Análise Comparada: 1945-62 e 1986-98*.

Esses índices se assemelham aos verificados por Araújo (2001) ao analisar os pleitos de 1990, 1994 e 1998 para a Câmara Federal. Ele verificou que em média, 30% dos parlamentares não se recandidataram. Uma parcela de novos nomes chega à Câmara derrotando os deputados — nos três pleitos analisados por Nicolau, 26% dos que tentaram a reeleição foram derrotados. “Portanto, durante os anos 90, em média, 56% dos deputados eleitos em uma eleição não o foram na seguinte (P. 227)

As taxas de renovação do legislativo brasileiro são consideradas altas ao comparar-se, por exemplo, com as norte-americanas, onde o índice de renovação é inferior a 10%. No Brasil, a média das eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006, para a Câmara dos Deputados, foi de 50,5%. O seu menor valor foi de 44%, em 1998 (DIAP, 2009).

Mas afinal, qual o melhor cenário para a democracia: renovação constante ou baixa rotatividade? Há variadas formas de responder a essa questão. A alta rotatividade nas casas legislativas pode ser avaliada de maneira positiva como um sinal de que o sistema é arejado e pouco oligárquico. Para outros autores, contudo, esse é um dado que poderá, ao contrário, enfraquecer o Legislativo, já que a profissionalização seria importante para melhorar o desempenho da legislatura, tornando o parlamentar capaz de fazer uso dos dispositivos legais (regimento interno) e do funcionamento da casa a serviço dos interesses que representa.

É a partir de dispositivos organizacionais gerados pela profissionalização que se criam e se desenvolvem condições de institucionalização de regras e procedimentos que incentivam a estabilização da carreira e das atividades parlamentares. Uma legislatura profissionalizada fornece incentivos à institucionalização, à estabilidade das regras de decisão, à especialização e melhor acesso e circulação de informação, bem como independência do legislativo *vis à vis* o executivo. Políticos que exercem apenas um mandato parlamentar e depois se retiram do legislativo, provavelmente estão muito mais propensos a usufruir o cargo público em benefício particular (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

Samuels (2000) sustenta que a ambição progressiva está na essência da explicação dos padrões de carreira e do baixo êxito da reeleição nas legislaturas do Brasil. O argumento de Samuels (2000) é de que os deputados mais fracos, os “mais vulneráveis eleitoralmente e menos competentes no desempenho de suas funções de representantes, concorrem à reeleição”, enquanto os mais capazes concorrem a postos mais altos. Vale ressaltar que esse comportamento não descreve a realidade analisada no Legislativo paraense nos anos de 2002, 2006 e

2010, embora, destaque-se que, de fato, existam deputados estaduais que concorreram ao Senado e à Câmara e mesmo às prefeituras de seus municípios, alguns alcançando êxito, fato que merece ser objeto de uma nova agenda de pesquisa.

Contra os que apontam a alta rotatividade das casas legislativas como sinal de permeabilidade do sistema, há o argumento de que nem sempre, a mudança de indivíduo significa verdadeiramente uma alternância de poder dos grupos. Lattman-Weltman (2003) explica que é preciso acrescentar uma variável que vá além do direito de voto e da institucionalização da competição a qual contemple a permeabilidade do sistema político para incorporar participação não apenas no sentido da escolha de governantes e da legitimação desta.

É preciso ampliar de fato essa escolha, ampliando a agenda de interesses representados na *polis* e ao mesmo tempo impedir a oligarquização do sistema de modo a que nenhum dos seus participantes tenha unilateralmente poder de vetar a produção de bens pela ação coletiva dos outros principais atores políticos (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 154).

Aqui, faz-se necessário explicitar o conceito minimalista de oligarquias. Santos (1997) o define como aquele em que nenhum membro (que pode ser uma coletividade de pequeno porte ou reduzido grupo deles), é capaz de produzir um bem coletivo - ainda que o deseje - sem a cooperação de todos os demais; em contraste, pequeno subgrupo de oligarquia é capaz de impedir a produção do bem, não obstante a cooperação de todos os demais. Isto se dá na medida em que as relações entre as oligarquias políticas são ampliadas em coalizões, que, e ao mesmo tempo, as distanciam em relação aos seus interesses primários ou imediatos. Ou seja, quando se amplia a base da participação, por mais que as oligarquias estejam no controle sobre os elegíveis, não se tem o controle sobre as decisões dos eleitores. A tendência à coalizão fortalece a participação das oligarquias nos processos decisórios, ao mesmo tempo em que enfraquece o poder das oligarquias, ao causar um desequilíbrio nas relações de força entre elas. Poderíamos apontar para uma relação paradoxal, tanto na representatividade da representação, quando no controle dos elegíveis.

Na História recente do Pará, são muitos os exemplos que confirmam essa assertiva sobre as oligarquias. Para ficar em um episódio regional recente, recorreremos ao governo da petista Ana Júlia Carepa. Considerado de esquerda, a administração - de 2007 a 2011 - contou com a mesma base de sustentação dos

governos anteriores, mais ao centro. Ao todo, 14 partidos compunham a base aliada. Ocorre que, nos dois anos finais, quando o principal partido da base, o PMDB, iniciou um processo de desgaste do governo, houve uma paralisação da agenda do executivo, em especial no que dizia respeito aos projetos que dependiam de aprovação na Assembleia Legislativa, habitat natural dos partidos que compõem os governos de coalizão.

Para melhor compreensão do conceito de oligarquia em sentido minimalista de Santos (1998) faz-se necessário analisar sua contribuição ao modelo poliárquico de Dahl (1997). Ao modelo tradicional, Santos incluiu o terceiro eixo: o do controle. Daí o termo poliarquia em 3D, conforme apresentado na figura abaixo.

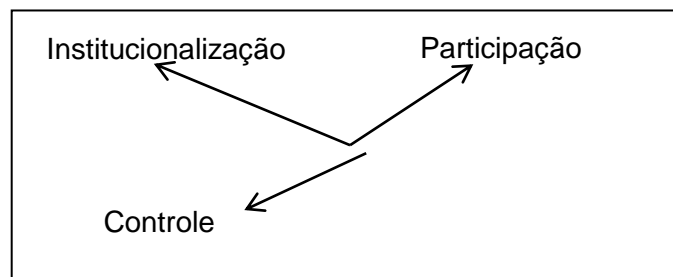


FIGURA 1- Poliarquia em 3D

É exatamente neste eixo, o do controle, que estará situado nosso estudo sobre as variáveis determinantes para a reeleição de deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Pará, no período de 2006 a 2010. Isso porque estamos considerando que além dos requisitos formais (lei eleitoral), reconhecidos por todos como determinantes para definir quem pode entrar na disputa eleitoral, o controle sobre os elegíveis se dá também por elementos que se sobrepõe a esta, ou seja, se deve também a fatores que determinam quais nomes da disputa formal podem realmente alcançar o sucesso eleitoral. São regras informais, não escritas, mas que também atuam sobre mercado de votos e podem definir quem realmente está na disputa efetiva sem que o eleitor tenha total clareza destas.

Assim, a famosa máxima popular de que o eleitor não sabe votar poderia vir abaixo a partir da constatação de que as escolhas dos cidadãos são feitas em consequência de opções limitadas, não apenas pelos requisitos legais, mas por uma série de elementos os quais fogem à simples avaliação de desempenho dos atores. Fatores esses que contribuem para tornar o sistema pouco permeável e contribuem

para deixá-lo oligarquizado no sentido de sujeito ao controle de minorias, mesmo num sistema onde deveriam prevalecer as regras da maioria.

Democracia e representação são dois dos mais importantes objetos da Ciência Política. Imaginamos que, para muitos, a distinção entre esses conceitos pode causar alguma estranheza, já que é comum pensar que quem fala de governos representativos, automaticamente está se referindo a democracias. Nem sempre é assim. Veja o exemplo do Brasil, o qual, embora sob uma ditadura por mais de duas décadas (de 1964 a 1985), foi ao mesmo tempo um governo representativo com eleições periódicas para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. O fato alerta-nos para a constatação de que apenas a existência de representação e participação (voto) não é suficiente para classificarmos um sistema como plenamente democrático.

Santos (1998) afirma que embora a representação seja estratégia necessária para distinguir as democracias das oligarquias, ela não o é suficiente. Na maioria dos países, a superação da autocracia (governo de um só) não necessariamente implica ingresso automático em período democrático no sentido de governo de todos. Existe, segundo Santos (1998), uma espécie de descolamento cronológico a gerar lacunas históricas na teoria política contemporânea. Descolamento esse causado pela confusão entre representação e democracia plena. A ausência de análise detalhada acerca das diferenças entre esses conceitos deixou sem teorização o sistema oligárquico e fez, implicitamente, a maioria dos estudiosos passarem a considerar todo o período pós-autocrático, ainda na fase que antecedeu à universalização do direito de voto, como uma espécie de estágio subdesenvolvido da democracia.

Em muitos casos, o que se seguiu aos regimes autocráticos foram regimes representativos, nos quais o Poder executivo renunciou por opção ou obrigação ao arbítrio ilimitado, passando a conviver com um corpo Legislativo, e estes não necessariamente atendiam aos requisitos para ser denominados de democráticos. Entre esses requisitos certamente está o direito de votar e de ser votado estendido a todos.

Santos (1998), aceita como premissas básicas as oito³ garantias Constitucionais elencadas por Dahl (1997) como essenciais ao pleno exercício da democracia, mas sua preciosa contribuição se dará na ênfase à estabilidade, a qual vai situar a elegibilidade em sentido forte (poder ser votado). Dessa forma, o modelo passará de bidimensional para tridimensional uma vez que, além da participação e institucionalização, atuará sobre o sistema o eixo do controle.

Corrêa (2010) afirma que a tridimensionalidade sugerida por Santos (1998) ao esquema bidimensional de Dahl (1997) combinada à definição minimalista de sistema representativo, permite distinção formal rigorosa entre oligarquias e poliarquias, bem como detectar o momento em que a primeira se transforma na segunda ou, em casos excepcionais, quando a segunda volta-se em direção à primeira.

Evoluir da oligarquia à poliarquia ou retroagir da poliarquia à oligarquia – sem rupturas institucionais violentas – é uma questão apenas de manipulação do eixo da elegibilidade já que de outra maneira fazer recuar o eixo da participação sem hobbessianismo é tarefa impossível (CORRÊA, 2010, p. 13).

O eixo da institucionalização significa especificamente acatamento a regras para solucionar competições e conflito tendo como princípio operacional o das garantias mútuas. Podem ocorrer períodos de dominação oligárquica mesmo sob essas garantias. O exemplo clássico, no Brasil, foram os 21 anos de ditadura militar, durante os quais não houve interrupção das eleições mesmo que, como classificou Santos (1997), sob regras “constrangedoras”.

Na definição minimalista de poliarquia são duas as condições para sua existência: (1) competição eleitoral pelos lugares de poder a intervalos regulares com regras explícitas e cujos resultados sejam formalmente reconhecidos pelos competidores; (2) a participação coletiva na competição se dê sob sufrágio universal tendo por única barreira o requisito da idade limítrofe. A primeira condição permite distinguir poliarquia de autoritarismo e a segunda distingue as poliarquias das

³ Para serem considerados poliárquicos, os sistemas precisam garantir, aos eleitores três oportunidades: (1) formular preferências, (2) expressar essas preferências, (3) terem essas preferências levadas em conta nas condutas dos governos. As oportunidades devem ser combinadas com oito garantias (1) liberdade de formar e aderir a organizações; (2) liberdade de expressão; (3) direito de voto; (4) elegibilidade para cargos públicos; (5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; (6) fontes alternativas de informação; (7) eleições idôneas; (8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.

oligarquias. O sufrágio universal não é suficiente para que um regime deixe de ser oligárquico. É necessário que haja ampla elegibilidade no sentido forte.

A partir da análise dos sistemas existentes, Dahl (1997) concluiu que o avanço poliárquico é uma sequência histórica em que ocorreram a liberalização e a ampliação da participação. Para Santos (1998), essa não será, contudo, uma via de mão única podendo haver avanços e retrocessos. Oligárquicos e democráticos seriam, segundo ele, as duas descendências dos sistemas representativos. Dessa forma, rejeita a dualidade sistemas autocráticos versus democráticos, substituindo-os por sistemas representativos em oposição aos não representativos. Nessa concepção, verifica-se que é possível identificar a democracia como apenas mais uma das formas dos sistemas representativos. Da mesma maneira que existem diversas formas de autoritarismo, a democracia seria apenas uma das trajetórias do sistema representativo, como observa Santos, 1998).

Admitir a existência dos dois impõe a consideração de que a passagem ou retorno de um para o outro implica ruptura do modelo, não necessariamente violenta, e que o conjunto de conceitos e de proposições causais válido em um não se transfere automaticamente para outro (SANTOS, p. 208).

Não basta à perfeita caracterização de uma poliarquia um desempenho positivo nos dois eixos dahlsianos. Os elevados índices de participação e competição podem conviver com formas políticas que, a rigor, deveriam ser classificadas como oligarquias, porque mantêm seus acesos restritos a um determinado conjunto de elegíveis.

Diferente do que a explanação teórica até aqui poderia nos levar a deduzir, Santos (1998) afirma que as instituições parlamentares brasileiras refletem os desequilíbrios da sociedade. Essa afirmação precisa, contudo, ser melhor analisada.

Os estudiosos do Congresso brasileiro atestam que ele representa, com certa fidelidade, o aspecto dos interesses heterogêneos da sociedade brasileira. Também contrariando o senso comum, os partidos comportam-se de forma responsável, estando longe de serem meros defensores de interesses de particulares (FIGUEIREDO E LIMONGI, 2006). Outra constatação desses estudiosos é que a taxa de renovação chega a 50%, considerada alta se comparada a dos Estados Unidos, por exemplo, que no limite alcança 13%. Santos (2007) afirma não haver indícios de que o parlamento brasileiro caminhe para uma espécie de artrose. De fato, parece haver um quase consenso em torno do cumprimento do papel

institucional do parlamento brasileiro fato que, a julgar pela similaridade das estatísticas, também se aplicaria aos legislativos estaduais.

Ricci (2003) afirma ser enganoso pensar que a produção legislativa do Congresso esteja relacionada com tendências meramente paroquiais. O Congresso agiria, portanto, mais com o objetivo de produzir normas de impacto geral e seccional e, de forma menos expressiva, projetos distributivos de impacto amplo. Mesmo assim atesta, em nome da conexão eleitoral, parlamentares tendendo a distribuir benefícios concentrados (para suas bases eleitorais) visando à reeleição.

Já sabemos que o mecanismo da representação marca a diferença da democracia em relação aos sistemas autocráticos e, embora seja necessário para distinguir aquela das oligarquias, não o é suficiente. A história da representação no Brasil pode nos fornecer o exemplo necessário para ilustrar tal assertiva. O País apresenta a singularidade de ter tido representação política antes mesmo de conquistar a independência. Trata-se da bancada dos deputados brasileiros às Cortes Gerais Constituintes Extraordinárias da Nação Portuguesa, resultado da revolução do Porto, de agosto de 1820, a que dom João VI se viu coagido a aderir. O pleito realizava-se em quatro níveis. No primeiro, eram escolhidos os membros de juntas e freguesias, estes elegiam os das juntas de comarca, e estes os das juntas das províncias que, por suas sua vez, escolhiam os deputados. A representação brasileira teve deputados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco Piauí, Rio de Janeiro, Rio Negro, Santa Catarina e os de Minas e Rio Grande do Norte, os quais acabaram não assumindo. Sabendo-se que mecanismos de representação universal são características essenciais da democracia, seria um erro chamar esse período de democrático.

Portanto, podemos afirmar que as sociedades ocidentais experimentaram até agora, em sequência (mas sem anular a possibilidade de reversão) duas formas de sistemas representativos: os oligárquicos e democráticos. Podemos afirmar que a democracia pode ter em comum com a oligarquia a virtude da representação, o que faz de ambos, essencialmente estranhos aos governos autocráticos (governos de um só), mas não semelhantes entre si.

A passagem dos sistemas oligárquicos para os democráticos consistiu fundamentalmente na sucessiva abolição das exigências que funcionavam como obstáculos à participação dos segmentos excluídos. Paulatina redução no requisito de renda e diminuição da idade foram processos que, em muitos casos, consumiram quase um século (SANTOS, 1998, p. 52).

Parece lógico que o aumento do número de eleitores promove também um aumento dos supostamente elegíveis. Santos (1998) afirma que, dessa consequência, as oligarquias só podem escapar pela via do controle legal da competição (de maneira a limitar o número de competidores) ou pela violência institucional, reduzindo o número já consagrado de eleitores ou o número de elegíveis. Recorrendo mais uma vez ao período ditatorial brasileiro, durante o qual houve eleições periódicas, constata-se que houve redução dos elegíveis a partir de uma política de cassações de direitos políticos daqueles que poderiam gerar dissabores ao regime. As mudanças de regras, com o claro objetivo de atingir a oposição era uma das estratégias mais frequentes.

O sistema hoje considera elegíveis aqueles cuja filiação partidária cumpre determinado tempo de residência no domicílio eleitoral e são maiores de idade. Santos (1998) reconhece que, nas democracias, é possível fazer a alteração para reduzir os elegíveis sem recorrer à violência institucional.

Este trabalho sustenta que a poliarquia paraense acompanha a média de avanço no sistema nacional no que diz respeito à elegibilidade no sentido fraco (poder votar). O mesmo, porém, não se dá em termos de elegibilidade no sentido forte (poder ser votado). O que vamos testar nos próximos capítulos é de que forma mecanismos não explícitos acabam por garantir o controle sobre quem pode ser eleito, desencorajando competidores que não se enquadrem nesses requisitos e, dessa forma, reduzindo a oferta de opções ao eleitor.

1.1.1 O Novo Institucionalismo e a Teoria da Escolha Racional

Combinado aos estudos de Santos (1988) a respeito da poliarquia em 3D que nos permite uma profunda análise sobre a relação entre democracia, representação e oligarquia, este estudo vai se situar também dentro das teorias do Novo Institucionalismo, mas precisamente em sua vertente da Escolha Racional.

Nossa proposta é mensurar de que forma o funcionamento das regras internas da Assembleia Legislativa do Pará aliada ao sistema eleitoral pode determinar o resultado das eleições, influenciando assim, o comportamento dos atores (deputados estaduais que concorrem à reeleição). Ao analisarmos as variáveis que podem ser determinantes para o sucesso ou fracasso eleitoral,

buscamos também desnudar os mecanismos institucionais que influenciam ou, no limite, determinam o comportamento parlamentar.

Participar ou não participar da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa; compor ou não compor uma determinada comissão; buscar altos investimentos para a campanha eleitoral, concentrar ou pulverizar os esforços na busca por votos. Essas são questões que se impõe aos deputados que perseguem a reeleição. O novo institucionalismo em sua vertente da escolha racional nos ensina que essas decisões serão tomadas avaliando seus custos e benefícios.

A teoria da escolha racional preconiza que atores políticos, como quaisquer outros, fazem escolhas a partir de um conjunto de alternativas, que no caso específico podem ser a aposentadoria, concorrer a um cargo mais alto (Congresso ou Executivo Estadual), ou retomar a carreira no município de origem (prefeitura, Câmara de Vereadores). Ainda segundo a teoria da escolha racional, os atores fazem suas escolhas tentando maximizar seus ganhos ao mesmo tempo em que tentam minimizar as perdas com a rejeição das demais alternativas. É importante ressaltar que a teoria da escolha racional é uma teoria positiva que se contrapõe a teoria normativa, onde os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais. (FEREJOHN & PASQUINO, 2000)

Em se tratando de deputados que buscam um novo mandato na AL, maximizar ganhos significa diminuir os riscos da não reeleição e, obviamente, ampliar as chances de sucesso eleitoral. “A necessidade básica de todo e qualquer político é encontrar os recursos necessários a fim de garantir sua eleição” (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005). A baixíssima publicidade dada ao desempenho das funções essencialmente legislativas e as dificuldades até mesmo para obter informações corriqueiras como a presença dos deputados estaduais nas sessões ordinárias na Assembleia Legislativa do Pará nos leva a aferir com certo grau de confiabilidade que esse não seria portando elemento considerado por eles como essencial na disputa travada no mercado eleitoral.

Neste ponto do trabalho, faz-se necessário destacar alguns dados cruciais para melhor compreender a teoria da escolha Racional. Nascida no berço da economia, esta passou a fazer parte dos estudos da Ciência Política graças aos trabalhos de Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e

Mancur Olson. Para esses autores, os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos ou de outros recursos mensuráveis (FAREJONH E PASQUINO. 2001, p. 06).

Hall e Taylor (2003) dividem o novo institucionalismo em três escolas de pensamento: Institucionalismo Histórico; Institucionalismo da Escolha Racional e Institucionalismo Sociológico. Esses autores afirmam que todas essas vertentes visam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos. Deve-se ressaltar, contudo, que as imagens que cada uma dessas escolas apresenta do mundo político diferem entre si (idem. P. 197).

Para os objetivos deste trabalho, vamos nos limitar a analisar, dentro do novo institucionalismo, a teoria da escolha racional. Limongi (1993) explica que esta surgiu como uma alternativa às teorias Comportamental e Pluralista que prevaleceram até a década de 1950. Após seu surgimento, a teoria da escolha racional ganhou grande importância nos estudos do comportamento no interior do Congresso dos Estados Unidos (HALL & TAYLOR, 2001, P 202).

Apesar das muitas interpretações possíveis para esta teoria, é possível identificar ao menos um consenso entre os autores que se filiam a ela. Este consenso diz respeito ao fato de que as ações dos atores sociais são resultado de um cálculo utilitário.

Os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos (conformando-se habitualmente a condições muito precisas como o princípio da transitividade) e se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências com frequência, em um alto grau de estratégia que pressupõe um número significativo de cálculos (HALL E TAYLOR, 2001, p. 205).

Os teóricos alinhados à escolha racional defendem que a ação dos atores é determinada por forças históricas impessoais, mas também por cálculos estratégicos fortemente influenciados pelas expectativas dos atores. No caso específico deste trabalho, esta expectativa diz respeito à reeleição. Pasquino (2001) conceitua o ato racional como aquele que será escolhido porque maximiza as possibilidades de realizar os desejos, a partir das crenças e avaliações dos atores.

No caso em estudo, o pressuposto básico desta teoria é de que os atores tomam decisões visando à reeleição. “Mesmo que movidos pela busca do bem comum, os Congressistas terão que se reeleger para poder perseguir esse objetivo. Logo, políticos vão preferir aquelas políticas que afetam mais diretamente e de

forma positiva, é lógico, as chances de reeleição” (Limongi, 1994. P 05). Esta afirmação diz respeito aos integrantes do Congresso e às políticas escolhidas por estes como estratégia de sobrevivência política, mas é legítimo afirmar que se aplicaria também às escolhas feitas pelos deputados estaduais com vistas à reeleição.

Feitas estas breves considerações sobre a teoria da escolha racional pode-se afirmar que, a partir de sua ótica, haverá pouco incentivo para a profissionalização dos deputados estaduais, uma vez que a atuação na arena legislativa tem pouca ou nenhuma influência na busca por resultados eleitorais.

Na AL do Pará, apenas duas comissões funcionam de maneira sistemática: as de Finanças e Fiscalização Financeira e Orçamentária e a de Constituição e Justiça. Os trabalhos da Comissão de Finanças se restringem a analisar as leis orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e Lei do Orçamento Anual – LOA). Outra particularidade do Legislativo Paraense observada empiricamente é a baixa influência dos líderes partidários na definição da pauta e do andamento dos trabalhos da Casa e mesmo no controle de suas bancadas. Cabe à Mesa Diretora definir a pauta de votações, marcar sessões extras, liberar recursos para viagens, entre outros.

Neste ponto do trabalho é importante apresentar, mesmo que de forma resumida, o Modelo explicativo chamado de “duas arenas” por Mayhew (1974).

De acordo com esse modelo, os parlamentares, sempre movidos pelo interesse na reeleição e, portanto, voltados para a arena eleitoral, modelam seus comportamentos na arena legislativa para alcançar o objetivo principal que é reeleger-se e garantir a sua continuidade no Parlamento. Assim, a atuação dos políticos no poder Legislativo é uma consequência funcional da necessidade de obter votos em futuras eleições.

Para Mayhew (1974) *apud* Pereira e Muller (2003), três razões levam um cidadão a escolher um determinado candidato como seu representante. A primeira é tomada de posição (*talking points*) sobre temas importantes; a segunda é assumir a autoria pela distribuição e reivindicação de benefícios (*credit claiming*) e por último, a propaganda (*advertising*).

Acreditamos que no Pará, os dois últimos (reivindicação de benefícios e propaganda) tenham preponderância sobre a tomada de posição, em razão da relatada falta de acompanhamento, pelos eleitores, do dia a dia do legislativo, exceto

em casos de grande repercussão. Para elaborar um perfil dos elegíveis, contudo, é necessário aprofundar os estudos do comportamento parlamentar no Estado. Este trabalho dá um primeiro passo importante ao testar a relação entre a participação nas instâncias de poder na AL, receitas de campanha e padrão geográfico de distribuição do voto aos resultados eleitorais. A partir daí, novas variáveis podem e devem ser testadas, ampliando assim o grau de previsibilidade do processo.

1.2. SISTEMA ELEITORAL: AS REGRAS FORMAIS DO JOGO

No Brasil, a eleição para a Câmara de Deputados e assembleias legislativas é feita por representação proporcional, em eleições com listas abertas. As cadeiras são distribuídas em proporção à porcentagem do total de votos que cada partido recebe. Esse sistema, contudo, é pouco compreendido pelos eleitores que apoiam os candidatos em vez do partido. Isso significa que a eleição ou reeleição depende principalmente da capacidade individual dos candidatos para mobilizarem os eleitores por sua própria conta e risco.

Ressalte-se ainda que a quantidade de votos obtida pelos candidatos é que determina a ordem na lista do partido. As legendas não controlam, tampouco determinam quem serão seus representantes.

A votação é eletrônica e não há, por exemplo, cédulas contendo os nomes dos candidatos. Ou seja, os partidos não podem oferecer opções em uma ordem prévia de preferências. Ao entrar na cabine de votação, os eleitores devem saber o nome ou o número de seus candidatos. Cada político deve contar com seus próprios recursos e sua própria base eleitoral para tornar a candidatura viável. É o que Cain, Farejohn e Fiorina (1987) classificam de voto personalizado. Referem-se à porção do apoio eleitoral de um candidato que se origina em suas qualidades pessoais, qualificações, atividades e desempenho. A parte do voto que não é personalizada inclui apoio a um candidato baseado na sua filiação partidária, determinadas características do eleitor como classe, religião e etnia, reações às condições nacionais, tais como o estado da economia, e avaliação centrada no desempenho do partido que está no governo.

O sistema eleitoral ajuda a explicar o comportamento individualista dos políticos na arena eleitoral e tem contribuído para a fraca institucionalização do sistema. Podemos afirmar com certo grau de segurança que, no Pará, o

desconhecimento da atuação do parlamentar na arena Legislativa, aliada à pouca densidade dos partidos torna a campanha eleitoral, um corrida solitária, onde cada ator trabalha de maneira independente tendo total autonomia sobre os rumos da campanha.

Estudo do IUPERJ (2002), citado por Nicolau (2006) procurou investigar, junto aos eleitores, o que foi mais importante para a escolha de deputado federal, se o candidato ou o partido ao qual ele pertence. “O resultado revela que um número expressivo de eleitores (92%) respondeu que o candidato foi mais importante; apenas 4% consideraram o partido, e 4% responderam que ambos eram importantes” (NICOLAU, 2006). Ainda no mesmo estudo, pediu-se ao eleitor que apontassem o partido no qual votou nas eleições para deputado federal. Os resultados mostraram que somente quatro partidos (PT, PSDB, PMDB e PFL) receberam um número de menções superiores a 2%.

NICOLAU (2006) afirma que usando o mesmo critério, é possível dizer que o contingente de eleitores "centrados no candidato" variou entre 83% (PT) e 96% (PFL). Outro aspecto que reforça o peso reduzido da reputação partidária, de acordo com o autor, é o fato de que apenas dois meses depois da eleição, 46% dos eleitores já não lembraram ou não souberam dizer o nome do partido no qual votaram.

Esses resultados reforçam a ideia de baixa interferência dos partidos em relação à disputa eleitoral o que reforça a hipótese do voto personalizado, embora a filiação e processo de definição da lista não prescindam deste. Os candidatos do partido são escolhidos por meio de eleições indiretas, nas convenções partidárias, formadas por delegados partidários. De acordo com Mainwaring (1999) embora as convenções tenham autoridade formal sobre a seleção de candidatos, elas quase sempre ratificam acordos que foram feitos por dirigentes do partido e autoridades do governo antes da realização da convenção. Em geral, apresenta-se à convenção uma chapa única, combinada e definida anteriormente. Portanto, no sistema eleitoral brasileiro, o mecanismo de seleção dos candidatos e algumas regras partidárias criam incentivos para um comportamento individualista e antipartidário apesar das recentes mudanças na legislação que pune com a perda de mandato a troca de partido. Na Assembleia Legislativa do Pará, é possível avaliar que essa baixa densidade dos partidos atinge níveis ainda maiores, sendo frequentes as deserções em momentos importantes do processo.

Registre-se o exemplo da eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para o biênio 2013/2014. O candidato do governo, Márcio Miranda, do partido Democratas, enfrentou Martinho Carmona do PMDB, que era apoiado pelo bloco partidário formado momentaneamente por (PSOL) PMDB/PT, que juntos somavam 17 votos. Abertas as urnas, o bloco teve apenas 15 votos indicando que dois parlamentares votaram contra o bloco. É importante ressaltar que ao lado da aprovação do orçamento e da análise das contas do executivo, a eleição para a Mesa Diretora é um dos raros momentos em que há pressão dos partidos para votações coesas.

Na eleição para os legislativos municipais, estaduais e federais, não há limite para o número de mandatos. Até 1998, a legislação garantia aos deputados com mandato (ou aos que o tivessem exercido durante a legislatura em curso) o registro da candidatura para o mesmo cargo pelo partido ao qual estivessem filiados (candidatura nata); ou seja, os responsáveis para escolher os candidatos do partido não tinham poder sequer para excluir os parlamentares da lista. Em 2002, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou este privilégio inconstitucional, e ele deixou de vigorar nas eleições daquele ano. Apesar disso, na prática é comum os partidos indicarem os deputados que pretendem se reeleger sem levar em conta o comportamento deles na legislatura anterior. Significa que embora extintos pelas regras formais, ainda existem os chamados *candidatos natos*, que têm o direito de concorrer ao mesmo cargo na eleição seguinte. Apenas brigas internas muito pontuais são capazes de mudar esse quadro.

Na disputa para a Câmara dos Deputados, os partidos podem apresentar uma lista de candidatos equivalente a até uma vez e meia o número de cadeiras da circunscrição eleitoral; no caso de coligação entre partidos, esse número sobe para duas vezes. Nas circunscrições eleitorais que elegem até 20 representantes, um partido pode apresentar até o dobro de candidatos; ou até duas vezes e meia quando há coligação. Desde 1998, há uma quota de candidatos por gênero (30%) que o partido deve respeitar, introduzida com o objetivo de ampliar o número de mulheres representadas no Legislativo (Nicolau, 2006).

1.2.1 Quem são os Elegíveis

À primeira vista, a resposta à questão sobre quem pode ser votado no Brasil e, especificamente no Pará, parece prescindir de estudos científicos, uma vez que há regras explícitas na legislação do País, aplicadas a todos os Estados da Federação. É necessário ressaltar, contudo, que, além desse marco legal, outras variáveis são determinantes para a definição dos efetivamente elegíveis. Por efetivamente elegíveis, consideram-se não apenas aqueles que cumprem as regras formais, mas, principalmente, os que, uma vez lançados no mercado de votos, conseguem manter-se nele.

Vários pesquisadores têm se debruçado sobre as causas do sucesso ou insucesso eleitoral daqueles parlamentares que disputam a renovação de cadeiras no Legislativo. A maioria desses estudos situa-se no novo institucionalismo, que busca explicar o comportamento dos atores a partir do funcionamento das instituições (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005; NICOLAU, 2000, PEREIRA; MULLER, 2003, LEMOS, 1998; 2001)⁴. Para esses autores, as regras internas de funcionamento do legislativo moldam os comportamentos dos parlamentares, a partir da premissa da teoria da escolha racional, a qual preconiza que os atores agem movidos por cálculo racional que os levará ao resultado desejado, no caso, à reeleição.

Mesmo que movidos pela busca do bem comum, os congressistas terão que se reeleger para poder perseguir esse objetivo. Logo, políticos preferirão sempre aquelas políticas que afetam mais diretamente e de forma mais positiva, é lógico, suas chances de reeleição (LIMONGI, 1984).

A ênfase desses estudos dá-se, portanto, na conexão eleitoral, ou seja, na relação entre a atividade parlamentar e o desempenho eleitoral (arena eleitoral) de candidatos que concorrem à reeleição. Os fatores preponderantes para o sucesso como destacamos anteriormente seriam a tomada de posição (*talking points*) sobre temas importantes, a autoria pela distribuição de benefícios (*credit claming*) e a propaganda (*advertising*) (MAYHEW, 1974, *apud* PEREIRA; MULLER, 2003, p. 736).

⁴ Para saber mais, ver LEMOS, Leany Barreto de Sousa. O Congresso Brasileiro e a distribuição de benefícios sociais: as propostas legislativas de educação e saúde entre 1988-1994. Brasília: Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, 1998.

Este estudo insere-se nos trabalhos referentes à conexão eleitoral uma vez que vamos testar a relação entre a participação em comissões da Assembleia Legislativa do Pará e da Mesa Diretora com o sucesso eleitoral de deputados estaduais que concorrem à reeleição. Nossa hipótese, contudo, é de que as causas do sucesso daqueles que tentam à reeleição não está relacionado ao desempenho na AL, mas situa-se fora da atuação legislativa. Nesse sentido, a participação nas comissões e na Mesa Diretora seriam pouco significativas para a reeleição. Gastos com campanha e o padrão geográfico de distribuição do voto, seriam os fatores mais importantes. Ao analisar a reeleição para deputados federais, Pereira e Rennó (2001) classificaram os gastos com campanhas entre as variáveis locais, ao lado das características do município, a influência de *pork barrel* (clientelismo), o *credit claiming*, os padrões de coalizão com os atores políticos regionais e locais. As variáveis nacionais seriam a identificação partidária, posição na hierarquia do partido e, finalmente, o efeito da influência do presidente nas eleições legislativas. Em razão da dinâmica diferenciada, não seria prudente aplicar as mesmas variáveis a um Legislativo estadual. Mas também, aqui, vamos testar dois conjuntos de variáveis. O primeiro grupo é formado por aquelas que dizem respeito à atuação do deputado (participação na Mesa Diretora e presença em comissões) localizadas exclusivamente na arena legislativa. O segundo grupo de variáveis reúne receitas declarada de campanha e padrão de distribuição geográfico do voto. O objetivo é fazer uma correlação e avaliar qual a importância dessas duas variáveis para a formação do perfil dos efetivamente relegíveis.

Deve-se ressaltar que, das atividades parlamentares por excelência, apenas a apresentação de emendas orçamentárias foge à indiferença do eleitor ao decidir sobre as eleições legislativas, nas quais o voto é proporcional. A simples aprovação de emendas orçamentárias pode não explicar resultados eleitorais. O retorno a ser obtido a partir destas exigirá outras ações como a articulação junto ao executivo para a liberação dos recursos, garantia de conclusão da obra, participação nas inaugurações e ampla divulgação de que a ação é resultado de investimento “determinado” pelo parlamentar.

No que se refere à arena eleitoral, o argumento baseia-se naquela que seria a necessidade básica de todo e qualquer político: encontrar os meios necessários a fim de garantir sua reeleição. Para tanto, de acordo com a cartilha vigente, existiria uma estratégia que garantiria aos políticos maior retorno eleitoral, qual seja, a de levar benefícios tangíveis a redutos claramente definidos. O eleitor, em reconhecimento ou, melhor dizendo,

como pagamento aos serviços prestados, retribuiria com seu voto (LIMONGI & FIGUEIREDO, 2005, p.738)

A distribuição de benefícios nesse sentido seria uma prerrogativa típica do Executivo, esta, sim, objeto constante de avaliação cujos resultados são sempre imperiosos para a decisão do voto. Pode-se argumentar que a ação junto ao Executivo para efetiva liberação da emenda constitui uma atividade parlamentar por excelência. De fato, mas a simples posse de cadeira no legislativo não é suficiente para obter sucesso na empreitada. É necessário poder de negociação junto aos que têm poder para liberar os recursos, o que quase sempre implica em acordos que podem girar em torno de votações na Assembleia, mas mais comumente referem-se a barganhas exógenas ao parlamento (apoios em campanhas). Além disso, a simples liberação de recursos não garante o retorno em termos de resultados eleitorais. É necessário que o parlamentar propague o fato para os eleitores e, nesse sentido, nem todos possuem o mesmo poder de agendar os meios de comunicação. Políticos que detêm o controle de veículos (rádios, emissoras de TV e jornal) mesmo que de alcance localizado, possuem, evidentemente, maior poder e menor custo para usar esses espaços em prol de seus interesses eleitorais.

Embora este trabalho não trate especificamente das relações entre mídia e política, esta é uma questão que merece atenção ao se falar em controle dos elegíveis, pois os meios de comunicação são importantes atores no processo eleitoral, especialmente no contexto das campanhas. Lattman-Weltman (2003) defende que as variáveis a serem mobilizadas para checar a amplitude da elegibilidade do sistema de mídia poderiam ser, por exemplo, o grau de diversidade temática da produção de veículos de comunicação, a variedade de pontos de vista interpelados a cada cobertura, o espaço, as valorações e os enquadramentos obtidos por eles.

Em um sistema proporcional de lista aberta, partidos disputam nomes com poder para “puxar” votos, garantindo o coeficiente eleitoral e o maior número de cadeiras possível. Tem-se, portanto, como definiu Manin (2003) uma democracia de público, na qual a personalidade dos candidatos parece ser um dos fatores essenciais para escolha dos eleitores. Pode-se afirmar, então, que teríamos, no atual estágio da nossa democracia, forte tendência para candidatos celebridades.

Os partidos dão ênfase à individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas. Como o âmbito das atividades do governo *aumentou consideravelmente nas últimas décadas*, tornou-se mais difícil para os

políticos fazer promessas muito detalhadas; os programas ficariam muito extensos e seriam praticamente ilegíveis (MANIN, 2003, p. 22).

Na maioria dos casos, os nomes disponibilizados aos eleitores não têm afinidade com as ideias defendidas pela legenda e sequer conhecem o estatuto partidário. Ressalta-se também que há pouca diferenciação entre as legendas, que, em sua maioria, apresentam propostas a partir de pesquisas eleitorais sobre as preferências dos cidadãos em termos de políticas públicas e por isso acabam apresentando programas bastante semelhantes. O uso dos “candidatos celebridades” não teria o único fim de garantir cadeiras no legislativo. Seria também um meio (a partir do aumento da bancada) para barganhar benesses do Executivo e fortalecer os partidos a partir do aumento do “poder de fogo” das legendas com a manutenção e ampliação do horário eleitoral no rádio e TV e distribuição do fundo partidário.

Sabendo que no Pará, como em todo Brasil, as regras para participação são bastante inclusivas com poucas restrições aos eleitores, cabe-nos analisar os mecanismos de controle sobre os elegíveis para, dessa forma, termos real dimensão do estágio poliárquico em que Estado se encontra.

1.2.2 O Modelo de Análise

Leoni, Pereira e Rennó (2003) propuseram um modelo analítico para identificar os fatores que aumentam as probabilidades de reeleição para a Câmara Federal nas eleições de 1998 no Brasil. Precisamente, foram testados dois conjuntos de hipóteses concorrentes que tentam explicar o sucesso eleitoral: o primeiro, que analisa o papel do sistema proporcional de lista aberta nas estratégias de sobrevivência eleitoral dos candidatos à reeleição; o segundo conjunto de hipóteses analisa o impacto das regras de funcionamento interno da Câmara dos deputados e os poderes do Presidente no comportamento do parlamentar dentro da Câmara.

Os autores concluíram que a distribuição de benefícios locais proporciona muito mais retornos eleitorais do que as atividades legislativas dentro da Câmara ou as posições de voto assumidas em relação a uma determinada política. É importante enfatizar que, de acordo com os autores, a participação do deputado no processo

legislativo, bem como seu perfil de voto no plenário da Câmara dos Deputados não influi diretamente nas suas chances de ser reeleito.

Na realidade, os interesses locais prevalecem na arena eleitoral porque as demandas locais parecem ter impacto mais forte no sucesso eleitoral. Mesmo o comportamento partidário, quando este acontece dentro da Câmara, segue esta lógica, pois são os líderes dos partidos e o executivo que controlam a distribuição de benefícios (PEREIRA; RENNÓ, 2007). Como já afirmamos, os autores avaliaram dois grupos de variáveis. O primeiro usado para mensurar o impacto de aspectos políticos locais, ou seja, variáveis que se referem à atuação do candidato em assuntos diretamente relacionados com as suas bases eleitorais. O segundo grupo de variáveis, que nos interessa diretamente neste trabalho (usado de maneira análoga, obviamente), refere-se à participação do deputado na arena legislativa, sua posição na hierarquia da Câmara, identificação partidária e posição dentro da hierarquia do partido e, finalmente, o efeito da influência do Presidente nas eleições legislativas, este último não analisado neste trabalho.

A análise de Pereira e Rennó (2007) diz respeito à forma de alocação e distribuição de poder na arena eleitoral, bem como às instituições que regem o processo decisório dentro da arena legislativa. Segundo os autores, enquanto alguns ambientes institucionais geram mais incentivos para a profissionalização da atividade legislativa, outros oferecem mais restrições para que o parlamentar possa influenciar e afetar o que o legislativo produz, pois este terá mais incentivos para se dedicar aos problemas e questões das suas bases eleitorais.

Para Cain, Ferejohn e Fiorina (1987), como as ações dos parlamentares são orientadas para benefícios eleitorais e visam garantir a sua sobrevivência política, o parlamentar tenderá a dar mais atenção a seus redutos eleitorais, independente dos interesses coletivos do partido a que pertença ou das limitações institucionais. As regras eleitorais, multipartidarismo e federalismo descentralizam o sistema político.

Nicolau (2006) afirma que muitos fatores determinam o tipo de relação que os deputados desenvolvem com os eleitores durante o mandato, sobretudo se esses são mais ou menos inclinados a prestar algum tipo de atendimento particular aos eleitores: a distribuição de poder no interior do Legislativo; a natureza dos partidos; a possibilidade de transferência de recursos do orçamento para as circunscrições dos representantes; o processo de seleção de candidatos pelos partidos; as atribuições das unidades subnacionais.

Como ocorre na Câmara dos Deputados, nas Assembleias os deputados usam o instituto da emenda parlamentar para beneficiar suas bases.

Shugart (2001) e Thies (2000) afirmam que em algumas democracias, o cidadão ao fazer sua escolha eleitoral enfatiza os atributos dos candidatos (voto personalizado), enquanto em outras salienta as características dos partidos (voto partidário). A escolha do eleitor seria, portanto, derivada, em larga medida, do sistema eleitoral utilizado.

Para Shugart (2001), por exemplo, três aspectos da legislação eleitoral determinariam uma maior ou menor personalização do voto: o processo de seleção de candidatos pelos partidos, a possibilidade oferecida aos eleitores para votarem em candidatos e a magnitude do distrito eleitoral. Nos sistemas centrados nos partidos predominaria a avaliação da atividade parlamentar com base no desempenho da bancada, enquanto nos sistemas centrados nos candidatos prevaleceria a análise da atuação do parlamentar propriamente dito (SHUGART 2002, p. 219).

2º CAPÍTULO

TESTE DAS HIPÓTESES

2.1. APRESENTAÇÃO DO OBJETO

Duas são as hipóteses concorrentes deste trabalho. A primeira é de que não há relação entre a participação dos deputados nas esferas de poder na Assembleia Legislativa e sua reeleição; a segunda proclama que o sucesso eleitoral é determinado pelos gastos de campanha e pelo padrão geográfico de distribuição do voto. Para testar essas duas hipóteses, definimos como objeto de estudo os deputados estaduais que, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará concorreram à reeleição nos pleitos de 2002, 2006 e 2010.

O primeiro passo da análise foi limitar a amostra aos deputados que concorreram à reeleição. Ou seja, aqueles que já ocupavam uma cadeira na ALEPA e que buscaram manter essa cadeira na eleição subsequente. Dessa forma, analisamos três Legislaturas: as de 1999 a 2002; de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010. A primeira conclusão que chegamos é que há um índice significativo de deputados que buscam a reeleição. Do total de 123 contados nessas três legislaturas, 92 concorreram à reeleição. Desse total, 61 foram reeleitos, resultando um índice de sucesso na casa dos 66,30%. O que diferencia os reeleitos dos não reeleitos? Esta é a pergunta que orienta este trabalho na busca dos dados necessários a proporcionar uma resposta convincente ao problema de pesquisa (GIL, 2010, p. 38).

Para isso, procuramos comparar o impacto das ações dos referidos parlamentares na esfera legislativa com os investimentos de campanha e o padrão de distribuição geográfica do voto com o objetivo de avaliar o grau de importância desses dois conjuntos de variáveis e assim, explicar o sucesso ou fracasso eleitoral dos deputados paraenses que buscam voltar para a ALEPA.

É importante frisar que são inúmeras as variáveis que poderiam ter sido estudadas em conformidade com os nossos objetivos, mas nos limites desta dissertação, optamos por testar a relação entre participação em comissões e Mesa Diretora da ALEPA.

As comissões escolhidas foram as de Fiscalização Financeira e Orçamentária e a de Constituição e Justiça. A escolha não se deu por acaso. São essas as duas mais importantes comissões da Casa. São elas as únicas sujeitas a reuniões periódicas. A princípio, havia a intenção de avaliar o desempenho dos deputados na

esfera legislativa a partir de outros indicadores como presença em plenário, apresentação de projetos e pronunciamentos. Ocorre que essas informações não têm sido sistematizadas na ALEPA, o que dificulta o acesso por parte de jornalistas e pesquisadores e mais ainda por parte do cidadão comum que acaba não tendo condições de dimensionar o real envolvimento dos deputados com os trabalhos legislativos levando-nos a inferir que muito provavelmente essas informações não têm como ser levadas em conta na hora da decisão do voto, o que de qualquer forma não descarta a importância de estudos futuros a respeito do tema sendo necessário para isso um aumento da transparência da ALEPA no que diz respeito ao acompanhamento da atuação dos deputados (divulgação periódica de lista de presença, dados sobre apresentação de projetos, pronunciamentos, etc.), o que hoje não ocorre, uma vez que até a pauta de votações costuma ser objeto de reclamações por conta da divulgação intempestiva (a poucos minutos da votação).

Mesmo os dados sobre a participação dos deputados na Mesa Diretora e Comissões Permanentes em Legislaturas passadas não ficam disponíveis para consulta, sendo necessário solicitar aos servidores da Casa que nem sempre têm disponibilidade de tempo para fornecer os dados.

Na análise das Comissões de Constituição de Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, constatou-se, para o período estudado, ser significativa a participação dos deputados que concorreram à reeleição.

Da legislatura de 1999 a 2000, foram 30 os que tentaram reeleição. Desses, 17 fizeram parte de uma ou outra comissão, sendo que oito (8) eram da Comissão de Constituição e Justiça, dez (10) da Comissão de Finanças. Um deputado fazia parte das duas comissões, por isso essa diferença na soma.

Na Legislatura de 2003 a 2006, foram 31 os que concorreram à reeleição e, desses, 19 estavam nas duas comissões, sendo oito na de Constituição e Justiça e 12 na de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Novamente tivemos um parlamentar nas duas comissões, levando à diferença na soma. Dos deputados com assento na ALEPA entre 2007 e 2010, 31 tentaram a reeleição e desses, 22 estavam em uma das comissões, sendo oito (8) na CCJ e dezesseis (16) na CFFO. Dois deputados participaram das duas comissões, o que novamente explica a diferença na soma.

Tabela 2 – Soma das receitas de campanha dos deputados que concorreram eleição à reeleição e valores corrigidos pelo IGP-DI p/

Legislatura	Eleição	Deputados que tentaram reeleição	Reeleitos	Soma de receitas de campanha para reeleição (R\$)	Soma de receitas de campanha para reeleição – valores corrigidos pelo IGP-DI p/ maio/2013 (R\$)
1999-2002	2002	30	21	1.760.364,34	3.777.489,40
2003-2006	2006	31	20	3.916.298,55	5.828.566,86
2007-2010	2010	31	20	8.610.803,94	10.233.029,18
Total Geral		92	61	14.287.466,83	19.839.085,44

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2013

A tabela acima apresenta um resumo dos deputados que concorreram à reeleição nos três pleitos analisados, bem como as somas das receitas de campanhas declaradas pelos candidatos ao Tribunal Regional Eleitoral. Como índice de correção, usamos o IGP-DI tendo como referência maio de 2013.

Tabela 3 – Participação dos deputados que concorreram à reeleição na CCJ; CFF e Mesa Diretora

Participaram da Mesa Diretora como Membro Efetivo	Participaram da CCJ como Membro Efetivo	Participaram da CFFO como Membro Efetivo	Participaram da CCJ ou da CFFO como Membro Efetivo	Total Geral
12	8	10	17	146
7	8	12	19	
7	8	16	22	
26	24	38	58	

* Convertido tendo como base a média do índice IGP-DI dos meses de julho a outubro do ano da respectiva eleição.

Fonte: TSE / FGV / ALEPA (IOEPA)

2.1.1 O Papel das Comissões

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, as comissões podem ser de três tipos: permanentes, de caráter técnico-legislativo ou especializado que integram a estrutura funcional do Poder. Nessa categoria se enquadram as duas comissões analisadas nesta dissertação: a de Constituição e Justiça (CCJ) e a de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO).

Há também as comissões temporárias que são destinadas ao estudo ou investigação de determinados assuntos, bem como de representação externa da

ALEPA e ainda as comissões representativas que funcionam durante o recesso, exercendo algumas funções da Assembleia Legislativa (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 2007, p. 27).

Ainda segundo o regimento, deve-se assegurar “tanto quanto possível” a representação proporcional dos partidos políticos e blocos parlamentares que participam da Casa, incluindo-se sempre um membro de oposição ao governo ainda que pela proporcionalidade não lhe caiba lugar. Na prática, as comissões acabam se tornando um importante instrumento de barganha entre governo e oposição, minorias e majorias que disputam poder na ALEPA. A disputa maior é em relação às duas comissões mais importantes que têm poderes para definir a pauta da ALEPA, rejeitar contas do executivo, analisar emendas ao orçamento, entre outros.

São treze as comissões permanentes. As de Constituição e Justiça e Fiscalização Financeira e Orçamentária, como já afirmado aqui, são as mais importantes. São compostas por onze membros. As demais devem ter sete membros, cada. São elas: Comissão de Educação Cultura e Saúde; Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas; Comissão de Agricultura, Terras, Indústria e Comércio; Comissão de Turismo e Esportes; Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; Comissão de Divisão Administrativa do Estado e Assuntos Municipais; Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Geologia, Mineração e Energia; Comissão de Relações do Trabalho, Previdência e Assistência Social; Comissão de Segurança Pública e, por fim, a Comissão de Redação, que como o nome sugere é a responsável por fazer a redação final dos projetos de lei em análise na Casa. Esta última tem apenas cinco membros.

Apesar de permanentes, a maioria das comissões têm reuniões esporádicas, em geral, quando há projetos na pauta afeitos a suas respectivas áreas. Dentro dos limites deste trabalho, nos deteremos mais amiúde nas duas comissões mais importantes.

À Comissão de Constituição e Justiça cabe opinar sobre o aspecto constitucional, legal regimental ou sobre a técnica legislativa das matérias que lhes forem distribuídas, inclusive aquelas de competência privativa de outras Comissões a respeito das quais concluirá por projeto quando cabível. Além disso, é responsabilidade dessa comissão opinar sobre todos os projetos que tenham temas afeitos ao poder judiciário, Ministério Público e Segurança Pública. Cabe a ela ainda analisar vetos dos governos e projetos de emenda à Constituição. Teoricamente, a

Comissão de Constituição e Justiça, como a maioria delas, deveria se ater às questões técnicas dos projetos. Na prática, seu poder advém do fato de que todos os projetos que tramitam na Casa, necessariamente, precisam passar por ela. Daí seu poder para pautar o legislativo e por isso, a atenção redobrada dos governadores e líderes da oposição em relação a seus postos de comando.

À Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária cabe analisar e emitir parecer sobre projetos relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, créditos adicionais, pedidos de empréstimo e analisar as prestações de contas apresentadas anualmente pelo executivo para análise do legislativo. Também é sua responsabilidade emitir parecer sobre o aspecto financeiro de todos os projetos apresentados na ALEPA. Em geral, o presidente dessa comissão avoca para si a relatoria do que é considerado o principal projeto sob responsabilidade da CFFO: a lei orçamentária. Nesse caso, cabe ao relator o importante papel de dar parecer sobre as propostas de emenda ao orçamento apresentadas pelos deputados. Como já afirmamos no capítulo anterior, emendas têm importante papel na estratégia eleitoral dos parlamentares.

2.1.2 A Mesa Diretora

A Mesa Diretora é a instância máxima de poder no Legislativo. É responsável pela direção dos trabalhos. É formada pelo presidente, primeiro e segundo vice-presidentes, e por quatro secretários (primeiro, segundo, terceiro e quarto). O primeiro secretário é o responsável pela administração financeira da Casa. É o ordenador de despesas, ao lado do Presidente que, no caso específico do Pará concentra poder de gestão dos recursos da casa.

No Legislativo paraense, com as lideranças partidárias bastante enfraquecidas, o presidente tem poderes quase absolutos sobre a pauta dos trabalhos. Não é raro ouvir pelos corredores da AL deputados reclamando que só têm acesso à lista de projetos em votação após o início da sessão plenária. Essa postura dificulta a ação dos deputados que desejam contrapor-se aos projetos ou àqueles que desejam articular quórum para votações, por exemplo. Esse problema de fluxo de informação infla o poder da Mesa que controla também recursos e pode facilitar ou dificultar a vida de um parlamentar que se oponha à maneira como os trabalhos são conduzidos.

Pela exposição das competências e do funcionamento da ALEPA fica clara que nossa escolha pela participação nas comissões de Constituição e Justiça e de Orçamento e Finanças não se deu aleatoriamente. Nosso objetivo é medir se ao participar de esferas tão importantes de poder na AL, deputados paraenses conseguem vantagens sobre os demais na hora da disputa eleitoral.

2.1.3 Os Gastos com campanha

Faz parte do senso comum a máxima de que não se faz política sem dinheiro. Tal afirmação vem da experiência em torno dos custos cada vez mais elevados das campanhas eleitorais. O modelo eleitoral brasileiro propicia disputas internas nos partidos. O voto proporcional de lista aberta transforma cada candidato em senhor de sua própria campanha brigando por espaço com outros da mesma legenda e ampliando os custos da campanha.

Samuels (2000) defende que a quantidade de dinheiro gasto durante a campanha tem mais peso para a reeleição que a quantidade de dinheiro transferida na forma de *pork barrel*. Ou seja, a receita de campanha teria papel preponderante frente à liberação de emendas. Para este autor, o financiamento da campanha é o que faz diferença no sucesso eleitoral do candidato, porque a média de gastos dos que se reelegeram é maior do que a dos que perderam.

Uma forma de medir esse custo é recorrendo aos gastos declarados junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Pela legislação eleitoral em vigor, todos os candidatos são obrigados a declarar os gastos na campanha. A apresentação deve ser feita durante e depois da campanha e os valores são disponibilizados pela justiça eleitoral no *website* para que os eleitores possam consultar. Além dos valores arrecadados, a partir da eleição de 2012, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu também apresentar a lista dos doadores. O objetivo é dar mais transparência ao processo e permitir que os eleitores fiscalizem seus representantes avaliando se estes não estão colocando o mandato exclusivamente a serviço dos doadores de campanha e, ainda mais grave, se não estão cometendo irregularidades na tentativa de retribuir as doações.

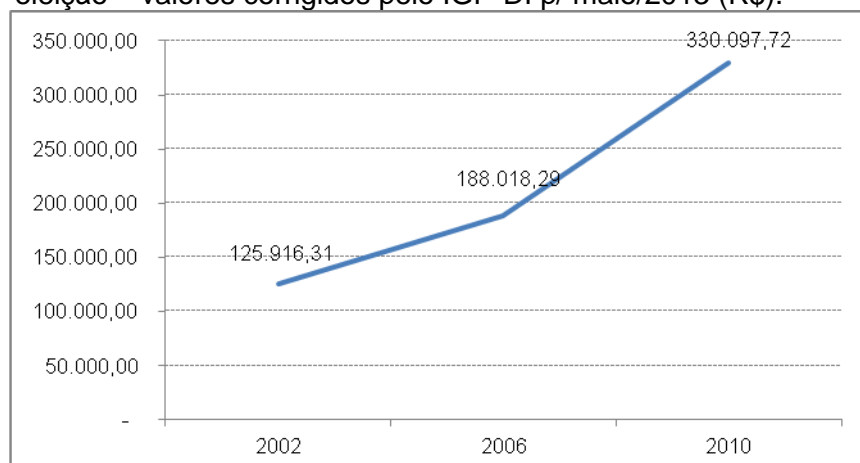
É comentário corrente também que os gastos declarados junto ao TRE não correspondem à realidade e que essa análise poderia ser inconsistente, uma vez que muitos candidatos usariam recursos não contabilizados; o famoso caixa 2. Na ausência de dados que possam mostrar as reais receitas de campanha,

acreditamos, contudo, que esse é um importante indicador servindo como referência, Daí, nossa opção por utilizar essas informações oficiais, repassadas pelos próprios candidatos e referendadas pela Justiça, fazendo a devida ressalva de que é possível que haja recursos não contabilizados e que, justamente, por isso não se prestam a uma análise científica dentro dos limites deste trabalho, sendo, contudo, um importante ponto a ser tratado em pesquisas futuras.

Os dados da Justiça Eleitoral apontam para um significativo aumento das receitas de campanha nas três eleições analisadas nesta dissertação. Na eleição de 1999, as receitas totais somaram R\$1.760.364 em valores nominais (sem considerar a inflação). Em 2003, a receitas somaram R\$3.916.298,55 também considerando valores nominais. Quatro anos depois, em 2007, a soma chegou a R\$8.610.803,94, um crescimento de 120% no período. Aplicando como correção o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), a soma das receitas fica em R\$3.777.469,40 em 2002; chegando R\$5.828.566,86 em 2006, implicando aumento real de 54%. Em 2007, a receita de campanha declarada pelos candidatos, corrigida pelo IGPDI, chegou a R\$10.233.029,19, implicando um crescimento real de 171%, no período 1999 a 2007.

Para a correção dos valores nominais aplicou-se o IGP-DI referente a maio de 2013. Os dados mostram um aumento real de 171% entre a primeira e a última eleição avaliada. Para fazer uma avaliação mais precisa, calculamos a média de gastos por candidato. O gráfico 3, a seguir, mostra o comportamento desse gasto no período considerado, registrando um crescimento real médio per capita de 162%.

Gráfico 1 – Média de receitas de campanha para reeleição por deputado e eleição – valores corrigidos pelo IGP-DI p/ maio/2013 (R\$).



Fonte: TSE / FGV / ALEPA, 2013

2.1.4 A Variável *Dummy*

Para relacionar as variáveis analisadas ao teste das hipóteses, recorreremos à correlação mediante uso de variáveis *dummy*. Também chamadas de binárias ou dicotômicas. Essas variáveis são artifícios pelos quais se substitui uma variável categórica (do tipo qualitativa) por variável numérica (quantitativa).

Neste estudo, a variável dependente (Y) é a reeleição. Dessa forma, deputados que conseguiram uma nova cadeira receberam a denominação 1 (um). Os deputados não reeleitos foram classificados como zero (0).

O mesmo raciocínio aplicou-se à participação nas comissões e Mesa Diretora. Os deputados que participaram receberam a nota um e os que não participaram receberam nota zero. WOOLDRIDGE (2011), explica que as variáveis *dummy* permitem aplicações matemáticas e estatísticas, principalmente a agregação de informações qualitativas em modelos de regressão estatística.

No caso dos gastos com campanha foi preciso estabelecer uma metodologia que permitisse aplicar o modelo *dummy* à amostra. Para isso, os gastos foram divididos em dois tipos (alto e baixo) para permitir tornar homogêneos os gastos máximos e gastos mínimos para os fins da nossa análise. Os deputados com gastos baixo receberam a nota zero. Os com gasto alto receberam a nota um.

Importante frisar que essa comparação se deu dentro de uma mesma eleição. Assim, um deputado que gastou X em 2006 e ficou no grupo daqueles com gastos máximos, pode ter aumentado os gastos nominais para 2X em 2010, e ter caído para o grupo dos com gastos mínimos em razão da comparação com os demais candidatos.

O uso da variável *dummy* nos permite fazer correlação entre nossa variável dependente (Y) e as variáveis independentes (X), sendo cinco as variáveis independentes estudadas: participação na Comissão de Constituição e Justiça; participação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Participação na Mesa Diretora e, por fim, as receitas de campanha. Nosso objetivo é estabelecer qual o grau de correlação entre as variáveis dependentes (reeleição dos deputados que querem voltar à Alepa) com as demais.

3º CAPÍTULO

A REELEIÇÃO DIANTE DAS VARIÁVEIS ANALÍTICAS

Como vimos até aqui, é pensamento corrente que no Brasil não haveria incentivos à construção de carreiras no poder legislativo, dada a centralidade do poder executivo, a adoção de um sistema eleitoral proporcional de lista aberta, a grande magnitude dos distritos, o alto número de candidatos. Contudo, considerando a reeleição como variável dependente e na tentativa de buscar elementos que pudessem explicar os resultados, fez-se a primeira correlação com a Mesa Diretora. Como já explicitado acima, deputados reeleitos que participaram da Mesa receberam a nota 1 (um). Os que não participaram, ficaram com zero. Dessa forma, estabelecemos a relação entre X (participação na Mesa) e Y (reeleição). O resultado mostra que a correlação foi de 0,09, o que avaliamos como uma correlação fraca. Estatisticamente, correlações até quatro são consideradas baixas, entre quatro e sete, moderadas, acima de sete, são altas. A baixa correlação significa que a participação na Mesa Diretora não é uma variável significativa para explicar a reeleição de deputados estaduais. Ressalte-se que no período estudado casos notórios que presidentes da Mesa Diretora que conseguiram a eleição para cargos executivos ou para o Congresso o que nos permite inferir que a baixa correlação dessa participação com a reeleição pode estar ligada ao fato de que, ao chegarem a esse posto, os deputados passam a ambicionar cargos (ambição progressiva).

A segunda correlação feita foi entre participação na Comissão de Constituição e Justiça e os resultados eleitorais dos deputados que buscaram manter suas cadeiras na Casa Legislativa do Pará nas três eleições analisadas. Portanto, também nesse caso, nossa variável dependente é a reeleição (y) e como variável independente: participação na CCJ. Os deputados que tiveram assento na comissão foram nominados como um (1) e os que não tiveram assento receberam índice zero (0). A correlação estabelecida entre X e Y foi de (- 0,05), ou seja, fraca, próxima de zero. Pode-se afirmar, portanto que a participação na CCJ não tem qualquer influência sobre o sucesso eleitoral de deputados que concorrem à reeleição. O fato de termos chegado a uma correlação negativa poderia levar a questionamentos em relação à CCJ como possível obstáculo à reeleição de deputados estaduais, mas o índice baixo, próximo de zero, não deixa margem para dúvidas sobre a insignificância desta variável para os resultados eleitorais.

A terceira correlação testada foi a presença na Comissão de Fiscalização Financeira que neste teste é a variável independente. Como nas demais correlações, os deputados que participaram da referida comissão receberam índice um (1) e os que não participaram ficaram com zero (0). A correlação estabelecida aqui entre as duas variáveis também foi do tipo fraco. O índice foi de apenas 0,18.

Nosso estudo avaliou também presença em uma ou outra comissão. Constituição e Justiça ou Fiscalização Financeira e Orçamentária. Deputados que participassem de uma ou outra receberiam nota um (1) e os que concorreram à reeleição, mas não estavam em nenhuma das suas ficaram com zero (0). Usando, mais uma vez a variável *dummy*, a correlação encontrada foi de 0,07, fraca.

Para melhor compreensão, apresentamos um quadro resumo das correlações:

Quadro 1- Resumo das correlações da ALEPA 2013

Correlações (Y=Reeleito)		
X	r_{xy}	Análise
Mesa Diretora – Membro Efetivo – <i>dummy</i> (1-Sim; 0-Não)	0,09	correlação fraca
CCJ – Membro Efetivo – <i>dummy</i> (1-Sim; 0-Não)	- 0,05	correlação fraca negativa
CFFO – Membro Efetivo – <i>dummy</i> (1-Sim; 0-Não)	0,18	correlação fraca
CCJ ou CFFO – Membro Efetivo – <i>dummy</i> (1-Sim; 0-Não)	0,07	correlação fraca

Fonte: Rita Soares, 2013 (Diário Oficial da ALEPA 2013)

Com isso, podemos concluir que participação na Mesa, presença nas Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça não são suficientes para explicar a reeleição de deputados estaduais que desejam voltar à Alepa. Podemos assim concluir com segurança que a atuação em uma das comissões analisadas e a presença na Mesa Diretora não ajudam na reeleição.

3.1 REELEIÇÃO E RECEITAS DE CAMPANHA

A primeira hipótese deste trabalho era de que a participação nas esferas de poder na ALEPA não é relevante para o sucesso eleitoral de deputados estaduais que concorrem à reeleição. Derivada desta primeira, nossa segunda hipótese é de

que essa variável dependente poderia ser explicada pelas receitas de campanha. Quanto maiores às receitas, maiores seriam as chances de reeleição.

São muitas as dificuldades para quem se propõe a estudar receitas de campanha no atual modelo eleitoral brasileiro. A primeira delas é a ausência de informações confiáveis. Embora seja de ordem legal a obrigação dos candidatos a prestar contas à Justiça Eleitoral e esta, tenha por norma, disponibilizar para os eleitores as informações repassadas pelos concorrentes, partidos e coligações, é notório que muitos candidatos usam recursos não contabilizados (caixa 2), o que faz com que os dados oficiais tenham pouca credibilidade.

Diversos escândalos apontam para o financiamento ilícito de campanha, via doações não-contabilizadas (caixa dois), que constitui crime. Inobstante isso, os dados disponíveis, como lembra Samuels (2001a), trazem padrões embutidos, sem embargo do ceticismo e dos questionamentos que os cercam.

Contrariando o senso comum Jacobson (1990), ao referir-se às eleições americanas, afirma que, quanto mais o candidato à reeleição gasta, menor sua chance de reeleger-se. Por outro lado, quanto mais gasta o desafiante, maiores suas chances de vitória. Para ele, dinheiro gasto pelo candidato à reeleição é sinal de vulnerabilidade. Já Krasno, Green e Cowden (1994) não corroboram essa posição. Para eles, o *timing* da doação para a campanha é fundamental. Candidatos à reeleição que recebem muito dinheiro no início da campanha espantam potenciais bons concorrentes. Além disso, o poder de reação dos que disputam a reeleição, no que concerne à obtenção de financiamento em momentos distintos da campanha, é maior que o dos desafiantes. Portanto, candidatos à reeleição gastam para evitar o crescimento da oposição (THOMAS, 1989).

Em trabalho de 2007, Pereira e Rennó revisitaram os argumentos expostos em 1998. Encontram, por exemplo, que uma variável interveniente importante é o fato de o Presidente estar concorrendo à reeleição. Referindo-se às eleições de 1998, para a Câmara Federal os dois autores (2007), contudo verificaram que "quem gastou mais, obteve mais votos na eleição anterior, concentrou menos votos e mudou menos de partido, tem maior chance de ser reeleito" (2007, p.22). Todavia, os mesmos autores avaliaram que quatro anos depois, 2002, o gasto teve impacto atenuado. Diante da dificuldade de especificação de um modelo de análise para os resultados dos gastos eleitorais, Pereira e Rennó concluíram pela ineficácia explicativa do sucesso eleitoral da variável gastos de campanha.

Segundo Samuels (2006), as campanhas no Brasil são mais caras do que as norte-americanas: três vezes mais, em termos *percapita*, levando-se em conta a paridade do poder de compra (PPP). Entretanto, esses custos não incluem o financiamento público indireto. Isso sem mencionar os questionamentos sobre a fidedignidade das informações prestadas à justiça eleitoral.

Desde 1993, após o escândalo que culminou no impeachment do ex-Presidente Collor, ocorreram mudanças nas regras eleitorais brasileiras, para que o financiamento privado fosse mais conhecido e mensurável. Todavia, parte do financiamento público para a manutenção da atividade política e eleitoral no País ainda permanece obscura. Sabemos quanto é repassado do fundo partidário aos partidos, anualmente, pela via orçamentária, e os recursos provenientes de multas. Contudo, pouco ou nada sabemos sobre as renúncias fiscais, associadas à propaganda política e eleitoral, no rádio e TV, e os outros benefícios indiretos, como o uso de espaços e outros recursos públicos que não o dinheiro (LEMOS MARCELINO & PEDERIVA, 2010, p. 372).

Dentro dos limites deste estudo não nos cabe analisar receitas não contabilizados e gastos não declarados de campanha, embora cientes da importância desses fatores para uma visão real do processo eleitoral brasileiro. Os dados analisados aqui são os oriundos de fontes oficiais. Mesmo assumindo-se os riscos de trabalhar com informações subestimadas, acreditamos que se trata de importante referência para qualquer um que pretenda relacionar sucesso eleitoral com receitas de campanha, principalmente, em razão das dificuldades metodológicas de se levantar informações acerca de recursos não declarados.

É importante ressaltar que legalmente, os recursos usados para que os candidatos façam chegar suas propostas aos eleitores podem ter três origens. A primeira delas são os recursos próprios. O postulante a cargo público pode optar por financiar sua campanha se tiver patrimônio que comporte os custos de campanha.

A segunda fonte de financiamento é o Fundo Partidário. Ele é mantido com recursos do Tesouro. Ou seja, executado pelo orçamento da União. O Fundo é alimentado também pelas multas aplicadas pela Justiça Eleitoral. Do total do Fundo, 1% é distribuído igualmente entre todas as legendas registradas. Por isso, mesmo partidos sem representantes na Câmara Federal recebem uma fatia dos recursos. O maior bolo, contudo, formado pelos 99% restantes, é distribuído de acordo com a quantidade de votos que os partidos conseguem na disputa para deputado federal. Logo, quem tem mais deputados recebe mais dinheiro.

Embora seja um volume considerável de dinheiro, o Fundo Partidário está longe de ser a principal fonte de financiamento das campanhas eleitorais. O maior

volume de dinheiro vem mesmo das doações de terceiros. Tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem fazer doações, mas há regras rígidas a cumprir.

A primeira delas diz respeito ao volume que pode ser doado. No caso das pessoas físicas, o valor destinado ao candidato não pode ultrapassar 10% da renda bruta declarada à Receita Federal no ano anterior à eleição. As empresas não podem doar mais que 2% do faturamento bruto declarado no ano anterior. Todo o dinheiro de campanha precisa passar por uma única conta, a ser aberta após a liberação, pela Justiça Eleitoral, do CNPJ da campanha. Movimentar dinheiro das doações em outras contas é irregularidade considerada gravíssima e pode resultar em sanções a candidatos e partidos.

Para testar a hipótese de que, ao contrário, da participação em comissões e na Mesa Diretora, o volume da receita de campanha poderia explicar os resultados eleitorais de deputados que concorrem à reeleição, também recorreremos às correlações usando a variável *dummy*.

Como explicado anteriormente, foi necessário tornar a amostra homogênea. Para isso dividiu-se os gastos do tipo mínimo e máximo. Quem gastou o mínimo foi identificado com o índice zero e quem gastou o máximo, com o índice um (1), havendo n possibilidades entre zero e um e cada um recebendo um peso específico. Feita a correção, chegou-se ao resultado 0,25, muito ao obtido com os testes da participação na Mesa Diretora (0,09) e nas comissões de Constituição e Justiça (-0,05) e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (0,18).

O resultado nos leva a concluir que o volume das receitas de campanha tem influência muito que a participação em comissões e na Mesa Diretora, embora a correlação estabelecida seja do tipo fraca exigindo que se teste outras variáveis para compreender melhor o fenômeno da reeleição.

O quadro abaixo mostra a comparação entre as correlações.

Quadro 2 – Comparação entre as correlações na ALEPA 2013

Correlações (Y=Reeleito)		Análise
X	r_{xy}	
Receitas de campanha para reeleição - normalizada para a eleição específica (0-1)	0,25	correlação fraca
Mesa Diretora – Membro Efetivo – <i>dummy</i> (1-Sim; 0-Não).	0,09	correlação fraca

Continua

CCJ – Membro Efetivo – <i>dummy</i> (1-Sim; 0-Não)	- 0,05	correlação fraca negativa
CFFO – Membro Efetivo – <i>dummy</i> (1-Sim; 0-Não)	0,18	correlação fraca
CCJ ou CFFO – Membro Efetivo – <i>dummy</i> (1-Sim; 0-Não)	0,07	correlação fraca

Fonte: Rita Soares, 2013 (Diário Oficial da ALEPA 2013)

3.1.1 Diferença no impacto sobre a reeleição entre a participação em comissões no legislativo federal e estadual

O político orienta toda a sua atividade legislativa na busca do seu objetivo maior que é a reeleição. Daí a intencionalidade de participar da comissão seria uma estratégia previamente definida de maximização da atuação legislativa. Entretanto os políticos perseguem diversas estratégias para se reelegerem e a participação mais incisiva no processo orçamentário é uma das mais importantes segundo Lemgruber (2010).

A hipótese defendida e confirmada pelo pesquisador Marco Lemgruber (2010) é de que, quanto mais exposto a recursos, orçamentários ou não, maiores as chances de reeleição dos parlamentares. A variável utilizada por ele foi a participação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) tendo em vista este ser o local onde se encontram maximizadas as ofertas de recursos no âmbito do Legislativo. Acreditamos, contudo, que essa assertiva não se aplica ao Legislativo Estadual, dada a baixa correlação verificada nos nossos testes. Uma das explicações plausíveis pode ser o maior engessamento da Lei Orçamentária (2010) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (2010) por parte dos Executivos Estaduais. Pelo menos, o que se observa empiricamente no Pará é que os governos conseguem formar maiorias, por meio de coalizões, garantindo aprovação dessas leis com poucas mudanças estruturais. São aceitas emendas em valores *per capita* predeterminados que costumam ser usadas para atender às demandas paroquiais dos deputados. A liberação dos recursos, contudo, depende da articulação junto ao Executivo que tem grande poder sobre a execução orçamentária, visto que a LDO é uma lei autorizativa e não impositiva.

Lemgruber (2010), porém, afirma que a participação na CMO permitiria ao parlamentar obter mais dinheiro para a campanha devido ao seu maior contato com

empresas privadas que são grandes financiadoras de campanhas políticas. Essa participação permite, ainda, ampliar o rol de contatos com as burocracias federal, estadual e municipal. E amplia e fortalece as lealdades com outros agentes políticos (líderes partidários, governadores, senadores, ministros de Estado, secretários estaduais, entre outros). Bem como os membros da CMO poderiam possuir maior experiência política ou recursos próprios. Como já afirmando, no âmbito estadual, não se verifica esse tipo de ingerência dos deputados, em especial daqueles que fazem parte da minoria (aqui entendida como oposição).

O autor verificou a taxa de reeleição dos deputados federais que participaram da CMO nas 50^a, 51^o e 52^a legislaturas e comparou com a taxa de reeleição dos demais deputados. Depois, verificou se a quantidade de anos na CMO altera a possibilidade de sucesso eleitoral.

A taxa de reeleição foi significativamente superior dos parlamentares que participaram da CMO, 28,47% superior àqueles deputados que não participaram da CMO.

O estudo concluiu que o retorno financeiro seja a variável mais impactante para o sucesso eleitoral dos parlamentares. Os contatos com empresas executoras de obras públicas, maiores financiadoras oficiais e não oficiais de campanha, pode ser uma boa pista para começarmos a decifrar essa relação. Ter uma parcela de responsabilidade na construção da dotação orçamentária de grandes obras públicas pode ser muito importante na composição de apoios, recursos, contatos e outras premissas essenciais para a construção de uma campanha eleitoral vitoriosa. Faz parte da atual realidade político eleitoral a participação em parte das obras executadas por emendas parlamentares, individuais ou coletivas.

A articulação com outros agentes políticos, servidores públicos e lobistas fornece ao parlamentar oportunidade de fazer parte da distribuição de dinheiro para a aprovação, execução e liberação de recursos orçamentários. E a ampliação das contribuições, oficiais ou não, para financiamento das campanhas políticas tem sido um fator decisivo para as altas taxas de reeleição dos parlamentares que participaram da CMO nas últimas três legislaturas. Mais do que levar obras para a localidade em que foi mais votado, o importante parece ser o acesso a recursos que possam ser utilizados nas campanhas (LEMGRUBER, 2010).

Longe de ser uma decisão estritamente individual, a participação na CMO é uma decisão dos partidos e de suas lideranças que a condicionam a determinados tipos de deveres, compromissos e lealdades.

O autor destaca que o pretensão individualismo de nossos parlamentares não se manifesta em sua plenitude diante do acúmulo de interseções de interesses próprios, de seu partido, dos líderes e dos demais interesses representados nessa arena. Contudo, não se pode menosprezar a importância da participação na construção de relações com as estruturas políticas dos estados e do governo federal. O poder dessas relações é fundamental para o sucesso eleitoral dessa estratégia e contribui para retroalimentar o esquema acima citado. Posto que, menosprezar as possibilidades de inter-relações existentes entre a arena legislativa e a eleitoral é desconhecer sobre que bases se sustentam as relações político-eleitorais em nosso País. Não nos parece plausível pensar que os parlamentares não façam um cálculo político-eleitoral no momento de estruturar o seu comportamento legislativo, principalmente nos momentos em que sua atuação individual pode ser observada.

Outras variáveis que poderiam possibilitar a reeleição dos deputados: posições hierárquicas importantes ocupadas, concentração eleitoral, média de candidatos no reduto eleitoral, gastos de campanha. Álvares, Corrêa e Belúcio (2012) ao analisar desempenho eleitoral feminino no Pará nas eleições de 2010 ressaltam que um dos fatores determinantes para a eleição de um deputado é o fenômeno da distritalização do voto. É um recurso estratégico de redução dos custos de campanha, tendo por elemento orientador a contiguidade territorial da ação política que busca maximizar votos, minimizando custos.

3.2 O PESO DO PADRÃO GEOGRÁFICO DE DISPERSÃO DO VOTO

Como já afirmamos, inicialmente, o objetivo deste trabalho era testar o peso da participação em instâncias de poder na Assembleia Legislativa do Pará para os resultados eleitorais, ao mesmo tempo em que analisaríamos a importância das receitas de campanha. Nossa hipótese é de que estas seriam determinantes para a reeleição, ao passo que a atuação interna na arena legislativa, medida a partir da participação nas Mesa Diretora e nas Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (comissão do Orçamento) teria baixa influência. O teste das hipóteses, a partir do uso das variáveis dummy confirmou a hipótese inicial de que receitas de campanhas têm maior relação com o sucesso eleitoral. A partir do uso das variáveis dummy foi demonstrado que a correlação foi

de 0,25. Embora a mais alta entre os índices verificados, ainda ficou, contudo, abaixo esperado, uma vez que até quatro considera-se correlação fraca.

Essa constatação nos levou à necessidade de, na busca por uma resposta ao problema de pesquisa (quais os fatores determinantes para o sucesso de deputados estaduais que concorrem à reeleição) testar uma quinta variável: o padrão de distribuição geográfico do voto. A hipótese é de que quanto maior a concentração de votos (menor municípios) maiores as chances de reeleição ao passo que recandidatos com base dispersa teriam menos chances.

No Brasil são variados os estudos sobre o assunto. Toledo Jr (2007), Souza (2002), Avelino, Biderman & Silva, (2011), Ames (1995), fizeram importantes análises sobre a territorialidade do voto. Mesquita e Praça (2012) também procuraram responder se a geografia do voto poderia explicar o sucesso eleitoral, a partir da correlação entre dispersão e concentração. Álvares, Corrêa e Belúcio (2010) afirmam que as estratégias eleitorais variam de acordo com a natureza dos interesses em jogo, mas ressaltam que não “existe política sem competição pelo poder e, da mesma forma, não existe poder sem território” (idem, p. 4).

A baixa ação dos partidos em relação à disputa, conforme nos mostra Nicolau (2006), e a autonomia dos candidatos, tornam os custos das campanhas consideravelmente altos. “A obtenção de fundos recai inteiramente sobre os candidatos. Conseqüentemente, candidatos tendem a concentrar seus votos em municípios espacialmente adjacentes, a fim de reduzirem os custos da campanha” (AMES, 1995b). Dessa forma, há consenso entre os autores de que os candidatos tenderiam a direcionar recursos para diminuir a vulnerabilidade eleitoral, o que poderia levá-los a concentrar a área geográfica de atuação e dessa forma evitar a dispersão da base eleitoral.

Ames (1995), contudo, afirma que os candidatos que centralizam seus votos, bem como os que investem em mais competição, são considerados mais vulneráveis e, portanto, com menos chances de reeleição. Entretanto, parece-nos que essas variáveis não são explicações exógenas do resultado das eleições.

Pelo contrário, o padrão de distribuição de votos dos parlamentares, por exemplo, pode muito bem ser explicado pelas variáveis relacionadas à participação do deputado no Congresso, mas também pode ser parcialmente interpretado como a maneira pela qual o deputado usou recursos disponibilizados no mandato.

Álvares, Corrêa e Belúcio (2010) destacam que durante a campanha eleitoral os candidatos escolhem diferentes estratégias de concentração ou dispersão a partir de elementos como o perfil político e a disponibilidade de recursos. Uma liderança com fortes vínculos com um determinado município (vereador ou ex-prefeito de uma cidade), por exemplo, provavelmente tenderá a concentrar sua campanha em uma área circunscrita do estado. Por outro lado, uma liderança com trajetória política mais abrangente (secretários de estado, parlamentares com visibilidade na mídia estadual, lideranças de grupos não concentrados geograficamente) pode dispersar seus recursos de campanha por diversas áreas do estado (Nicolau2006).

Muitos dos estudos sobre o padrão geográfico de votos, no Brasil, dizem respeito à votação dos deputados federais e aos objetivos destes. Em geral, a meta é separar candidatos que tiveram votações concentradas daqueles com votação dispersa pelo Estado.

Para Nicolau, os estudos podem apresentar problemas ao se concentrarem apenas nos candidatos eleitos. Este autor defende que um mapeamento completo dos padrões de disputa deveria incluir também os candidatos derrotados. O que fazemos neste estudo é justamente uma comparação entre dispersão/concentração, com resultados positivos e negativos dos candidatos que concorrem à reeleição para, dessa forma, aplicando a variável dummy a fim de definir se esta dicotomia (dispersão/concentração) poderia ser determinante para explicar a reeleição, avaliando qual a posição hierárquica desta variável perante as demais.

Nicolau (2006) ainda aponta como erro nos estudos sobre padrão geográfico do voto, o fato de haver associação direta entre os efeitos da competição (concentração e dispersão do voto) e a intenção dos candidatos. Para ele o resultado das urnas é fruto de fatores agregados, “e muitas vezes não antecipado, da estratégia de diversos candidatos. Se, por exemplo, muitos candidatos resolvem concentrar a campanha em uma determinada região, o resultado final pode, ao contrário, ser uma grande dispersão da votação naquela região” (NICOLAU 2006).

De toda forma, os candidatos devem buscar conhecer o mapa de votos, identificando as áreas onde receberam votos, ou seja, precisam responder à questão sobre qual o reduto eleitoral. A consequência é que estas devem se tornar prioritárias para a sua atividade parlamentar em especial a destinação de emendas, sabidamente um importante elemento na estratégia eleitoral que certamente deve ser objeto de novas pesquisas. Nada mais natural, que os candidatos tendam a

priorizar em sua atuação, áreas em que receberam mais votos, o que é muito bem explicado pela teoria da escolha racional, a partir da qual, os atores procuram maximizar seus ganhos e minimizar os custos das ações.

Nicolau (2007) ressalta que as instituições são regras de um jogo de múltiplas estratégias ditadas por escolhas que, observadas como racionais por desafiantes e desafiados de uma mesma arena eleitoral, variam quanto à tática conforme a natureza dos interesses em jogo. Para Souza (2006) em cada circunscrição há uma espécie de arena política com formato competitivo próprio, diferentes umas das outras na forma e no conteúdo da representação. Por outro lado, a conformação geográfica da dimensão territorial como a diversidade social de candidatos/as são variáveis importantes na definição das candidaturas no sistema proporcional de lista aberta (NICOLAU, 2007).

Não é por acaso que este estudo situa-se dentro do marco teórico do novo institucionalismo. Dias (1991); Carvalho (2003); Ames, (2003), apontam as instituições como uma das variáveis mais importantes na produção de determinadas estruturas políticas no território. Souza (2006) afirma que a teoria institucional é fundamental para o entendimento dos padrões de competição eleitoral, porque determina o comportamento e as estratégias utilizadas pelos atores (candidatos, partidos e eleitores) durante o jogo político e pode influenciar nos resultados do jogo em cada arena territorial em que a competição se realiza.

Para Carvalho (2003 apud Souza), apesar da existência das mesmas regras eleitorais, o mercado de votos se estrutura de forma diferenciada, dependendo de um conjunto de fatores presentes em cada unidade geográfica particular, o que torna cada território uma arena política com formato competitivo próprio, diferentes umas das outras na forma e no conteúdo da representação.

Souza (2006) afirma ainda que não obstante as regras de conferência de representação no País se guiar pelos marcos da proporcionalidade, tendo os Estados como o limite geográfico onde o processo competitivo se estabelece; na prática, os políticos acabam representando limites geográficos fragmentados, o que se configuraria em uma anomalia do princípio da proporcionalidade praticado no Brasil, pelo fato de que o sistema proporcional deveria se mostrar capaz de retratar as diversas correntes de opinião presente na totalidade do espaço geográfico a ser representado. Entretanto, conforme o demonstrado por alguns autores, a representação geográfica tem sido marcada pela emergência do localismo e por

práticas clientelistas voltadas para o atendimento de demandas presentes em reduzidos espaços geográficos.

Foi a partir dessas reflexões que se optou por testar a hipótese de que o padrão de distribuição geográfica do voto poderia ser um importante elemento na hierarquia dos fatores determinantes para a reeleição. A hipótese é de que candidatos com maior concentração de votos teriam custos menores e, portanto, maiores chances de reeleição; enquanto aqueles com maior dispersão teriam custos elevados e menos chances.

O teste dessa hipótese, a partir da variável dummy, tal qual ocorreu com as demais variáveis independentes não resultou em uma correlação forte o suficiente para explicar a variável dependente (a reeleição), embora tenha se posicionando acima das participações na Mesa Diretora e na Comissão de Constituição e Justiça e ficando com o mesmo peso da participação da Fiscalização Financeira e Orçamentária (0,18), abaixo, porém do peso das receitas de campanha (0,25) . A correlação da concentração de votos com os resultados eleitorais resultou em um índice de 0,18, o que como já dito fica entre as variáveis com maior correlação em relação ao fenômeno mais ainda insuficiente para ser apontado como determinante para explicá-lo. Destaque-se que a dispersão eleitoral ficou abaixo das receitas declaradas de campanha conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 3 – Receitas declaradas de campanha

Correlações (Y = Reeleito)		
X	r_{xy}	análise
Receitas de campanha para reeleição - normalizada para a eleição específica (0-1)	0,25	Correlação fraca
Mesa Diretora - Membro Efetivo - dummy (1-Sim; 0-Não)	0,09	Correlação fraca
CCJ - Membro Efetivo - dummy (1-Sim; 0-Não)	- 0,05	Correlação fraca negativa
CFFO - Membro Efetivo - dummy (1-Sim; 0-Não)	0,18	Correlação fraca
CCJ ou CFFO - Membro Efetivo - dummy (1-Sim; 0-Não)	0,07	Correlação fraca
HH	0,18	Correlação fraca

Fonte: Rita Soares, 2013

Para a nossa análise, mais uma vez recorreremos à variável dummy e fez-se necessário buscar dois indicadores. O primeiro foi o índice HH. Concorrência, neste caso o Índice de Herfindahl- Hirschman (IHH). Este índice é largamente utilizado nas

decisões de operações de concentração na maioria dos países da União Europeia (UE), incluindo Portugal, e pela própria Comissão Europeia, bem como os EUA e outras jurisdições. Usado inicialmente para aferir o grau de concentração espacial nas indústrias para medir o número efetivo de firmas, foi usado por Crisp e Desposato (2004) na Ciência Política para medir o padrão de votos de senadores colombianos. O HH nos fornece o índice de concentração que é uma função do número de Municípios Efetivos (Mef), ou seja, unidades territoriais onde o candidato tem votos.

Neste estudo, candidatos com alta concentração de votos receberam HH com índice um (1) ao passo que os com máxima dispersão receberam HH índice zero (0). Como já afirmamos a correlação com a variável dependente ficou em 0,18. Essa correlação considerada fraca pode ser explicada pelo fato de que a nossa amostra foi contaminada por casos extremos.

Contrariando nossa hipótese, nas eleições de 2002, o recandidato tucano Mário Couto que teve padrão de distribuição geográfica do voto altamente disperso obteve sucesso eleitoral. O índice Mef de Mário Couto ficou 30,82. Ou seja, o candidato teve votos em mais de 30 dos 143 municípios paraenses existentes à época. Enquanto isso, no mesmo pleito, o recandidato Francisco Carlos Ribeiro do então PFL (hoje Democratas), teve um índice de municípios efetivos de apenas 1,21 e não conseguiu a reeleição.

Da nossa amostra de recandidatos nas eleições de 2002, 2006 e 2010, verificou-se que 54 tiveram índice de dispersão acima de cinco, ou seja, obtiveram votos em mais de cinco unidades territoriais. Apenas 37 tiveram concentração abaixo ou igual a cinco, equivalente a 40,65% da amostra ao passo que 54 tiveram Mef acima de 54, equivalente a 59,34. O índice de reeleição entre os candidatos com Mef acima de cinco ficou em 72,22 ao passo que nos com Mef abaixo ficou em 42,85.

Essa disparidade que contrária à hipótese de que a concentração está ligada ao sucesso eleitoral ao passo que a dispersão aumentaria o custo e como consequência dificultaria o processo pode ser explicada pelo fato de que a concentração é benéfica apenas quando se dá em municípios que reúnem grandes colégios eleitorais, no caso do Pará são exemplos desses colégios, Belém, Ananindeua, Santarém e Marabá. Por outro lado, a concentração em municípios com baixo número de eleitores seria um obstáculo para a eleição. Nesses casos, a

saída é buscar votos dispersos, o que tem o inconveniente de exigir investimentos mais altos, principalmente em um Estado com dimensões continentais, onde se faz necessário gastos elevados para deslocamentos, em geral, feitos por via aérea. O voto disperso também reflete uma relação mais clientelista e pode ser explicado pela liberação de emendas e benefícios concentrados, importante tema para estudos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como ponto de partida, a pergunta lançada por Pereira e Rennó (2002) em relação à bancada federal: O que é que o reeleito tem? O objetivo dos autores, assim como o nosso, foi de buscar os fatores que fazem com que um determinado candidato à reeleição obtenha sucesso na disputa e outro não. O objeto de estudo deles, contudo, foi a Câmara Federal. No nosso caso, o que procuramos explicar são os fatores preponderantes para a reeleição a deputado estadual.

Para responder à nossa pergunta de pesquisa, analisamos três eleições para a Assembleia Legislativa do Pará (2002, 2006, 2010). Nossa amostra se limitou aos deputados efetivamente eleitos e que concorreram à reeleição, portanto não analisamos os suplentes que buscaram retornar a Assembleia Legislativa do Pará. Dos 123 eleitos nesse período (41 a cada legislatura), 92 buscaram a reeleição, um percentual de 74,8%. Entre os que não tentaram se reeleger, há casos de candidaturas a cargos executivos; ao legislativo federal e ainda as desistências da disputa pura e simples. Observa-se que o percentual dos que buscam a reeleição é bastante significativo.

Entre os que buscaram a reeleição nas três legislaturas, 61 conseguiram sucesso, ou seja, 66,30%. Que fatores explicam esses resultados? A ideia inicial deste trabalho era testar um conjunto extenso de variáveis que pudessem dar conta do fenômeno. Ocorre que ao avançar na pesquisa nos deparamos com uma realidade que, por si só, já merece ser objeto de outros estudos: a total falta de transparência da casa legislativa paraense em relação à atuação dos deputados estaduais. Dados como presença em plenário, pronunciamento e apresentação de projetos não estão claramente disponíveis para consultas, embora a AL tenha um web site onde deveria registrar o dia a dia das sessões. O acesso a tais informações depende da boa vontade de servidores e mesmo assim são raros os dados organizados. Dessa forma, acredita-se que o eleitor, no dia a dia, tenha imensa dificuldade para levar esses dados em consideração na hora de decidir o voto o que reforça a nossa hipótese de que a atuação na arena legislativa tem pouca importância para os resultados na disputa eleitoral.

A hipótese inicial deste trabalho era de que a atuação na arena legislativa não tinha correlação com a reeleição e que à primeira vista, esta poderia ser explicada pelas receitas de campanha. Para testar essas hipóteses trabalhamos com quatro

variáveis: participação nas comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária; participação na Mesa Diretora e Receitas declaradas de campanha. Deve-se ressaltar que a escolha das duas comissões citadas e da Mesa Diretora se deu por serem essas as principais instâncias de poder na Casa.

Pela Comissão de Justiça devem passar todos os projetos em tramitação na AL até mesmo os afeitos a outras comissões. É nela que se analisa a constitucionalidade dos projetos que podem ser encerrados ali e nem chegar a plenário. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária analisa a proposta de Lei orçamentária enviada pelo Executivo ao Legislativo; a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a prestação de contas anual do governo. À Mesa Diretora cabe comandar os trabalhos na Casa, definir a pauta de votações e administrar o orçamento da ALEPA, fazendo, por exemplo, a divisão de recursos materiais e humanos entre os deputados.

Quanto às receitas de campanha, é importante ressaltar que neste trabalho nos limitamos, por razões metodológicas, aos dados declarados oficialmente pela Justiça Eleitoral. Não podemos, contudo, deixar de registrar que é informação corrente nos meios políticos que as receitas declaradas são subestimadas, sendo que boa parte das campanhas seria financiada por recursos não contabilizados (caixa 2) que, exatamente por isso, são difíceis de mensurar e merecem um estudo específico e metodologicamente muito mais complexo.

O teste das hipóteses foi feito fazendo o uso das variáveis *dammy* que permitem substituir uma variável categórica (qualitativa) por variável numérica (quantitativa). Nossa variável dependente (Y) é a reeleição. Deputados que conseguiram uma nova cadeira receberam a denominação 1 (um). Os deputados não reeleitos foram classificados como zero (0).

O mesmo raciocínio foi usado em relação em relação às variáveis independentes (participação nas comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, participação na Mesa Diretora). Os deputados que participaram de uma das comissões receberam a nota um e os que não participaram receberam nota zero.

Para os gastos de campanha, fizemos a opção por uma metodologia que nos permitiu aplicar o modelo *dummy* à amostra. Por isso, os gastos foram divididos em dois tipos (alto e baixo). Os deputados com gastos baixo receberam a nota zero. Os com gasto alto receberam a nota um.

Dados do ESEB (2002), citados neste trabalho, mostram que um número reduzido de eleitores tem condições de fazer uma avaliação retrospectiva da atuação do mandato de um deputado. Nossa avaliação é de que grande parte das escolhas é resultado de estímulos gerados durante a própria campanha eleitoral, não tendo a atuação parlamentar, relação direta com o sucesso ou fracasso eleitoral de candidatos que concorrem à reeleição.

Diante da baixa correção entre as primeiras variáveis e a reeleição, decidimos testar também a correlação entre dispersão/concentração de votos. Os resultados mostram que em uma escala hierárquica esta se encontra em segundo lugar no ranking de correlações, ao lado da participação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A maior correlação, como esperado, deu-se na análise das receitas de campanha. Embora esta relação tenha ficado em 0,25 (fraca) o seu posicionamento em primeiro lugar permite auferir que esta é de fato o item mais influente para o sucesso de recandidaturas à Assembleia Legislativa do Pará.

Como muitos estudiosos vêm supondo, uma hipótese a ser testada em trabalhos futuros é a relação da reeleição com a liberação de emendas parlamentares. Para isto faz-se necessário romper a barreira da falta de transparência que impede o acesso aos dados no Pará. Embora haja informações sobre aprovação das emendas, a informação realmente relevante diz respeito à liberação dos recursos e é justamente neste ponto a maior carência de dados disponíveis para o público em geral.

A partir das hipóteses testadas neste trabalho, podemos garantir que pelo menos no Pará, objeto deste nosso estudo de caso, ser deputado por si só já é uma importante variável na busca a uma vaga na AL posto que entre os que concorrem à reeleição há uma taxa de sucesso de 66,3%. Apenas 33,7% não se reelegeram. Esses índices se aproximam das estatísticas nacionais, onde o percentual de recandidaturas tende a ser maior. Levantamento feito pela consultoria Legislativa, disponível no site Congresso em Foco mostra que em 2002, o percentual de recandidaturas para a Câmara Federal chegou a 81,09%. Em 2006, foram 86,16% dos candidatos tentando a reeleição. As taxas de sucesso foram de 68,9% e 52,05%, respectivamente. A média de renovação na Câmara em cinco pleitos ficou na média de 50%, com 62% na eleição de 1990, a maior, e 43% em 1998, a menor. Historicamente, o percentual de renovação média é de 40%.

Os dados levantados nas eleições de 2002, 2006 e 2010 para a Assembleia Legislativa do Pará nos levam concluir que um percentual significativo (acima de 60%) de deputados procura dar continuidade à carreira política ocupando cargo legislativo e podemos dizer que embora o índice de insucesso (acima de 30%) não possa ser desprezível, essa é uma opção com grau médio de segurança. Ao mesmo tempo, a reeleição pode ser a primeira opção para quem quer se manter no mercado eleitoral, uma vez que concorrer a outros cargos (majoritários ou para o legislativo federal) pode apresentar custos bem mais elevados e riscos ampliados.

Analisando a reeleição para a Câmara Federal, Pereira e Rennó avaliam que a possibilidade de reeleição dos parlamentares que adotam estratégias nacionais existem, mas para eles, com chances menores daqueles que optam por políticas paroquiais e voltadas para suas clientelas. O que reforça a necessidade de novos estudos acerca da distribuição das emendas parlamentares para redutos eleitorais, fato que não foi objeto deste estudo.

Neste nosso estudo avaliamos também a relação entre reeleição e padrão de distribuição geográfica do voto. Constatamos que, diferente do que se previa a partir dos estudos existentes, no caso específico da nossa amostra, a concentração de votos em poucos municípios não tem relação forte com a reeleição. Pelo contrário, encontramos índice mais alto de reeleição entre recandidatos com base eleitoral dispersa. Esses resultados podem ter sido obtidos por contaminação na amostra provocada por casos de recandidatos com índice alto municípios efetivos (Mef) - onde receberam votos – e com reeleição garantida o que pode ser resultado de gastos muito elevados. Esta constatação nos leva a sugerir uma agenda nova de pesquisa, uma vez que há clara relação entre dispersão de votos e gastos de campanha.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. DADOS: Revista de Ciência Social, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988.

AMES, B. **The Deadlock of Democracy in Brazil**: Ann Arbor: University of Michigan, 2000.

Assembleia Legislativa do Estado do Pará: Regimento Interno atualizado até fevereiro de 2007 Pará 2007 Resolução número 02/94

AYDOS, Eduardo Dutra. **O voto distrital e o aperfeiçoamento da democracia representativa no Brasil**. Porto Alegre, (mimeo). (1979).

BARRY, Ames. **Os entraves da democracia no Brasil; tradução de Vera Pereira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

BRASIL. **Presidência da República**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 mai 2012.

CAIN, Bruce, FAREJOHN, John A. e FIORINA, Morris. (1987), **The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence**. Cambridge, Harvard University Press.

CARVALHO, Nelson Rojas. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CERVI, Emerson Urizzi. **Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 17, n. 32, p.159-177. Fev. 2009.

_____, Emerson Urizzi; SOUSA, Leany Barreiro de. **O Congresso Brasileiro e a distribuição de benefícios sociais**: as propostas legislativas de educação e saúde entre 1988-1994. Brasília: Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, 1988.

CORRÊA, Roberto. **Dificuldades teóricas e empíricas da Teoria Poliárquica**. Belém: Centro Socioeconômico/UFGA, 2010. (Texto para Discussão, 14).

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora USP, 1997.

DIAS, José Luciano de Mattos. **O jogo e os jogadores**: Legislação eleitoral e padrões de competição política. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, IUPERJ, 1991.

FIGUEIREDO, Marcus & JORGE, Vladimir Lombardo. São Paulo: **Dinâmica e Formato do sistema partidário**. In LIMA JUNIOR, Olavo Brasil (org.) O sistema 18 partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLEISCHER, David V. & RIBEIRO, Sérgio Otero. **Simulações de Divisões dos Estados Brasileiros para as eleições federais de 1978**. Revista de Informação Legislativa, nº 78, Brasília, 1983

_____, David V. **Concentração e dispersão eleitoral**: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais – 1966/1974. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Nº 4, 1976.

INDJAIAN, Maria Lúcia (1981). **Análise preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978**. São Paulo, FAPESP (Relatório parcial de pesquisa).

KINZO, Maria Dalva Gil. **A Bancada Federal Paulista de 1986**: Concentração ou dispersão do voto? In M. T. Sadek. (org.) Eleições 1986. São Paulo, Ed. Vértice/IDESP, 1989.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Mídia e transição democrática**: a (dês) institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de et al. Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 129-180.

LEMGRUBER, Marco. **Participação dos deputados na Comissão Mista de Orçamento e reeleição**. Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. V. 9 - No 1. Jan/Jun 2010, p. 87-102.

LEMOS, Leany B.S; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João H. **Porque o dinheiro importa**: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 2, 2010 p. 366-393.

_____, Leany B. S. **O Congresso Brasileiro e a distribuição de benefícios sociais**: as propostas legislativas de educação e saúde entre 1988-1994. Brasília: Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, 1998.

_____, Leany B. S. **O Congresso Brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período de 1988-1994**: uma análise distributiva. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 3, n. 44, p. 561-605, 2001.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. **Estratégias para O Novo Institucionalismo e os estudos legislativos**: a literatura americana recente. BID, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 1127-1234, 1984.

LIMONGI, Fernando P.; FIGUEIREDO, Argelina. **Processo orçamentário e comportamento legislativo**: emendas individuais, apoio executivo e programa de governo. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**; tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do Governo Representativo. 2003**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm>. Acesso em: 18 jun. 2012.

MARTINS, Carlos **Estevam. A Reforma do Sistema Eleitoral**. DADOS, Vol. 26 Nº 2, Rio de Janeiro, 1983.

MAYHEW, D. R. 1974. **Congressional Elections: The Case of the Vanishing Marginals**. *Polity*, v. 6, n. 3, p. 295-317, Spring. Disponível em http://www.blogempublico.com/wpcontent/uploads/2011/04/2009_Artigo_ConexaoEleitorALEPPR_RSP.pdf

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. Poliarquia em debate: limites e contribuições da teoria democrática dahlsiana. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E

NETO, Octavio Amorim; SANTOS, Fabiano. **O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os Deputados brasileiros?** DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.

NICOLAU, Jairo César M. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

_____, Jairo. **A conexão eleitoral de uma Família Carioca**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 46, 2000.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.

POLÍTICA, 2, 2010, Curitiba. **Anais. Curitiba**: PPGCP/UFPR. PGSOCIO/UFPR, 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT01/Marcelo%20Sevaybricker%20Moreira.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

PEREIRA, Carlos e RENNO, Lúcio. **O que é que o reeleito tem?** Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. In DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 2, pp. 323 a 362, 2001.

_____, Carlos e RENNO, Lucio, "**Successful Reelection Strategies in Brazil: The Electoral Impact of Distinct Institutional Incentives.**" *Electoral Studies*, 22 (3): 425-448 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jun. 2012.

PEREIRA, Carlos; MULLER, Bernardo. **Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na**

elaboração do orçamento brasileiro. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002.

_____, Carlos; MULLER, Bernardo. **Partidos fracos na arena eleitora e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil.** DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003.

_____, Carlos; RENNÓ, Lúcio. **O que é que o reeleito tem?** dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 2001. Não paginado. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582001000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jun. 2012.

RAWLS, John. **Justiça e Democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RICCI, Paolo. **Conexão eleitoral e estratégias legislativas: hipóteses e evidências para o caso brasileiro.** São Paulo: USP, 2002.

_____, Paolo. **O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira, Leis Naturais ou Políticas Paroquiais?** DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 669-734, 2003.

_____, Paolo; LEMOS, Leany B. S. **Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 19, n. 55. 2004.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social.** 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.

SAMUELS, David. 2000. **"Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil"**. Legislative Studies Quarterly XXV: 481-498.

SANTOS, Fabiano Guilherme (Org.). **O poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____, Fabiano Guilherme. **Clientelismo como escolha racional.** Ciências Sociais Hoje, São Paulo, ANPOCS/HUCITEC, p. 105-137, 1995.

_____, Fabiano Guilherme. **Microfundamentos do clientelismo político no Brasil 1959-1963.** DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Da Oligarquia à Poliarquia: competição e processos "não encarceráveis".** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997. (Série Estudos, 95).

_____, Wanderley Guilherme dos. **Horizonte do desejo, instabilidade, fracasso coletivo e inércia social.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____, Wanderley Guilherme dos. **Poliarquia em 3D.** DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 207-281, 1998.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 a 1994. São Paulo: USP, 2000.
Sobreviver politicamente: escolhas de carreira na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 9, n. 1. 2003.

WOOLDRIDGE, J.M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 4. Ed. São Paulo: Cengage Learning. 2011.

APÊNDICES

Legislatura	Deputado	Partido pelo qual foi eleito	Reeleito (1-Sim; 0-Não)	Partido pelo qual disputou reeleição	Receitas de campanha para reeleição (R\$)	Receitas de campanha para reeleição – valor corrigido pelo IGP-DI p/ maio/2013 (R\$)*	Índice Receitas de campanha para reeleição (0-1)**	Mesa Diretora - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ ou CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)
1999 - 2002	ANDRÉ TEIXEIRA DIAS	PFL	1	PSDB	94.074,00	201.869,31	0,43	0	1	1	1
1999 - 2002	ANTENOR FONSECA DE OLIVEIRA***	PPB	0	PTB	-	-	-	0	1	0	1
1999 - 2002	ANTONIO ROCHA	PMDB	1	PMDB	50.620,00	108.623,26	0,23	1	0	0	0
1999 - 2002	ARACELI MARIA PEREIRA LEMOS	PT	1	PT	75.282,00	161.544,37	0,34	0	0	0	0
1999 - 2002	CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR	PPB	1	PPB	50.900,00	109.224,10	0,23	1	0	1	1
1999 - 2002	CLAUDINEY PEREIRA BARBOSA FURMAN	PTB	0	PTB	59.700,00	128.107,64	0,27	1	0	0	0
1999 - 2002	CLAUDIOMAR DIAS DE ALMEIDA	PPS	0	PDT	84.510,33	181.347,05	0,38	0	0	0	0
1999 - 2002	DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA	PMDB	1	PMDB	24.962,00	53.564,87	0,11	1	0	1	1
1999 - 2002	ELZA ABUSSAFI MIRANDA	PSDB	1	PSDB	61.530,20	132.034,98	0,28	1	0	0	0
1999 - 2002	FAISAL FARIS MAHMOUD SALMEN HUSSAIN	PSDB	1	PTB	220.800,00	473.805,13	1,00	0	0	1	1
1999 - 2002	FRANCISCO CARLOS RIBEIRO	PFL	0	PPB	38.925,00	83.527,47	0,18	0	0	0	0
1999 - 2002	FRANCISCO EDUARDO OLIVEIRA VICTER	PDT	0	PTB	107.509,02	230.698,94	0,49	0	1	0	1
1999 - 2002	HAROLDO MARTINS E SILVA	PMDB	1	PMDB	56.620,00	121.498,40	0,26	0	0	1	1
1999 - 2002	HELIO LEITE DA SILVA	PMDB	1	PMDB	10.725,20	23.014,74	0,05	1	0	0	0
1999 - 2002	JOÃO BOSCO GABRIEL	PTB	1	PTB	68.000,00	145.918,25	0,31	1	1	0	1
1999 - 2002	JOSÉ CARLOS ARAUJO	PSDB	1	PSDB	22.001,20	47.211,42	0,10	1	0	0	0
1999 - 2002	JOSE RODRIGUES SOUSA NETO	PPB	1	PPB	64.974,00	139.424,89	0,29	1	0	0	0
1999 - 2002	JOSÉ SOARES DA SILVA	PL	1	PL	14.860,00	31.887,43	0,07	1	0	1	1
1999 - 2002	LUIZ AFONSO DE PROENCA SEFER	PL	1	PL	31.520,00	67.637,40	0,14	1	0	0	0
1999 - 2002	LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA	PDT	1	PDT	39.786,93	85.377,05	0,18	0	0	1	1
1999 - 2002	MANOEL GABRIEL SIQUEIRA	PMDB	0	PMDB	111.896,40	240.113,63	0,51	0	1	0	1

Legislatura	Deputado	Partido pelo qual foi eleito	Reeleito (1-Sim; 0-Não)	Partido pelo qual disputou reeleição	Receitas de campanha para reeleição (R\$)	Receitas de campanha para reeleição – valor corrigido pelo IGP-DI p/ maio/2013 (R\$)*	Índice Receitas de campanha para reeleição (0-1)**	Mesa Diretora - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ ou CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)
GUERREIRO											
1999 - 2002	MARIA CRISTINA COIMBRA MUTRAN	PMDB	0	PMDB	116.000,00	248.919,36	0,53	0	0	0	0
1999 - 2002	MARIO ANDRADE CARDOSO	PT	1	PT	79.269,83	170.101,69	0,36	0	0	1	1
1999 - 2002	MARIO COUTO FILHO	PSDB	1	PSDB	33.215,00	71.274,63	0,15	0	0	1	1
1999 - 2002	MARTINHO ARNALDO CAMPOS CARMONA	PSDB	1	PSDB	64.280,00	137.935,66	0,29	1	0	0	0
1999 - 2002	MAURILO DA COSTA GOMES	PFL	0	PFL	8.500,00	18.239,78	0,04	0	1	0	1
1999 - 2002	NADIR DA SILVA NEVES	PL	0	PL	35.000,00	75.104,98	0,16	0	1	0	1
1999 - 2002	PIO X SAMPAIO LEITE	PTB	1	PTB	55.503,23	119.101,97	0,25	0	0	1	1
1999 - 2002	SANDRA MARIA CAMINHA FONSECA	PC do B	1	PC do B	17.100,00	36.694,15	0,08	0	0	0	0
1999 - 2002	SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES	PSDB	1	PSDB	62.300,00	133.686,86	0,28	0	1	0	1
2003 - 2006	AIRTON LUIZ FALEIRO	PT	0	PT	149.656,19	225.409,36	0,43	0	0	0	0
2003 - 2006	ALESSANDRO ALBUQUERQUE NOVELINO	PL	1	PSC	270.000,00	406.668,96	0,78	0	0	1	1
2003 - 2006	ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA	PMDB	1	PSDB	176.197,00	265.384,63	0,51	0	0	1	1
2003 - 2006	ANDRÉ TEIXEIRA DIAS	PSDB	1	PSDB	208.263,35	313.682,37	0,60	0	1	0	1
2003 - 2006	ANTONIO ROCHA	PMDB	1	PMDB	44.010,00	66.287,04	0,13	0	0	1	1
2003 - 2006	CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR	PPB	0	PFL	212.018,13	319.337,75	0,61	0	0	1	1
2003 - 2006	DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA	PMDB	0	PSDB	81.148,84	122.224,87	0,23	0	0	1	1
2003 - 2006	ELZA ABUSSAFI MIRANDA	PSDB	0	PSDB	104.365,70	157.193,67	0,30	0	0	1	1
2003 - 2006	FAISAL FARIS MAHMOUD SALMEN HUSSAIN***	PTB	0	PSDB	-	-	-	0	0	1	1

Legislatura	Deputado	Partido pelo qual foi eleito	Reeleito (1-Sim; 0-Não)	Partido pelo qual disputou reeleição	Receitas de campanha para reeleição (R\$)	Receitas de campanha para reeleição – valor corrigido pelo IGP-DI p/ maio/2013 (R\$)*	Índice Receitas de campanha para reeleição (0-1)**	Mesa Diretora - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ ou CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)
2003 - 2006	HAROLDO MARTINS E SILVA	PMDB	1	PFL	95.112,40	143.256,52	0,27	1	0	0	0
2003 - 2006	JOÃO BOSCO GABRIEL	PTB	1	PSDB	268.000,86	403.657,89	0,77	0	0	1	1
2003 - 2006	JOÃO DE DEUS FERREIRA	PSB	0	PSB	30.685,09	46.217,31	0,09	0	0	0	0
2003 - 2006	JOÃO FERRARI JÚNIOR	PTB	1	PTB	100.921,25	152.005,70	0,29	1	1	1	1
2003 - 2006	JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO	PSD	1	PTB	175.463,75	264.280,22	0,51	0	0	1	1
2003 - 2006	JOSÉ EDUARDO PEREIRA DA COSTA	PST	1	PTB	94.977,50	143.053,34	0,27	0	0	1	1
2003 - 2006	JOSÉ MEGALE FILHO	PL	1	PSDB	190.065,70	286.273,41	0,55	1	0	0	0
2003 - 2006	JOSE RODRIGUES DE SOUSA NETO	PPB	1	PP	74.863,75	112.758,38	0,22	1	0	0	0
2003 - 2006	JOSE SOARES DA SILVA	PL	0	PMDB	70.577,20	106.302,06	0,20	0	0	0	0
2003 - 2006	LUIS DA CUNHA TEIXEIRA	PDT	1	PDT	81.314,46	122.474,32	0,23	0	0	0	0
2003 - 2006	LUIZ AFONSO DE PROENÇA SEFER	PL	1	PFL	159.657,50	240.473,14	0,46	0	0	0	0
2003 - 2006	LUIZ EDUARDO ANAICE DA SILVA	PMDB	1	PMDB	8.970,00	13.510,45	0,03	0	0	0	0
2003 - 2006	MARCIO DESIDÉRIO TEIXEIRA MIRANDA	PDT	1	PFL	347.435,65	523.301,09	1,00	0	1	0	1
2003 - 2006	MARIA ALVES DOS SANTOS	PSDB	1	PSDB	81.954,66	123.438,58	0,24	0	0	1	1
2003 - 2006	MARTINHO ARNALDO CAMPOS CARMONA	PSDB	1	PDT	181.134,86	272.821,94	0,52	0	1	0	1
2003 - 2006	PIO MENEZES VEIGA NETTO	PSB	0	PTB	83.753,75	126.148,33	0,24	1	1	0	1
2003 - 2006	PIO X SAMPAIO LEITE	PTB	0	PDT	73.080,00	110.071,73	0,21	1	0	0	0
2003 - 2006	REGINA LUCIA BARATA PINHEIRO DE SOUSA	PT	1	PT	43.717,15	65.845,95	0,13	0	1	0	1
2003 - 2006	SANDRA MARIA CAMINHA FONSECA	PC do B	0	PC do B	26.705,98	40.224,05	0,08	0	0	0	0
2003 - 2006	SEBASTIÃO CÉZAR LEÃO	PSDB	1	PSDB	180.795,00	272.310,05	0,52	0	1	0	1

Legislatura	Deputado	Partido pelo qual foi eleito	Reeleito (1-Sim; 0-Não)	Partido pelo qual disputou reeleição	Receitas de campanha para reeleição (R\$)	Receitas de campanha para reeleição – valor corrigido pelo IGP-DI p/ maio/2013 (R\$)*	Índice Receitas de campanha para reeleição (0-1)**	Mesa Diretora - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ ou CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)
COLARES											
2003 - 2006	SUZANA CARVALHO LOBAO	PST	0	PL	80.900,00	121.850,07	0,23	1	1	0	1
2003 - 2006	VALDIR GANZER	PT	1	PT	220.552,83	262.103,70	0,63	0	0	0	0
2007-2010	ALESSANDRO ALBUQUERQUE NOVELINO	PSC	1	PMN	614.700,00	730.505,89	0,53	0	0	0	0
2007-2010	ALEXANDRE RAIMUNDO DE VASCONCELOS WANGHON	PSDB	1	PSDB	312.926,00	371.879,43	0,24	0	0	1	1
2007-2010	ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA	PSDB	1	PSDB	252.037,00	299.519,30	0,18	1	0	1	1
2007-2010	ANTONIO ROCHA	PMDB	1	PMDB	202.470,52	240.614,79	0,13	0	0	0	0
2007-2010	BERNADETE TEN CATEN	PT	1	PT	301.163,42	357.900,85	0,23	0	1	0	1
2007-2010	CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO	PT	1	PT	252.747,50	300.363,65	0,18	0	0	1	1
2007-2010	CÁSSIO COELHO ANDRADE	PSB	1	PSB	308.034,44	366.066,33	0,24	0	0	1	1
2007-2010	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO	PMDB	1	PMDB	125.902,45	149.621,74	0,06	0	0	1	1
2007-2010	HAROLDO MARTINS E SILVA	PFL	0	DEM	185.360,00	220.280,74	0,12	1	0	0	0
2007-2010	ÍTALO DE ALMEIDA MÁCOLA JUNIOR	PSDB	0	PSDB	193.995,00	230.542,53	0,13	1	1	0	1
2007-2010	JOÃO FERRARI JÚNIOR	PTB	1	PTB	337.265,80	400.804,71	0,26	0	1	0	1
2007-2010	JOÃO SALAME NETO	PPS	1	PPS	380.080,07	451.684,94	0,30	1	0	1	1
2007-2010	JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO	PTB	0	PTB	180.340,72	214.315,86	0,11	0	0	1	1
2007-2010	JOSÉ ALFREDO SILVA HAGE JUNIOR	PL	1	PR	154.639,22	183.772,35	0,09	1	0	1	1
2007-2010	JOSÉ EDUARDO PEREIRA DA COSTA	PTB	1	PTB	227.113,30	269.900,12	0,16	1	0	1	1
2007-2010	JOSÉ MEGALE FILHO	PSDB	1	PSDB	271.820,00	323.029,30	0,20	0	0	0	0

Legislatura	Deputado	Partido pelo qual foi eleito	Reeleito (1-Sim; 0-Não)	Partido pelo qual disputou reeleição	Receitas de campanha para reeleição (R\$)	Receitas de campanha para reeleição – valor corrigido pelo IGP-DI p/ maio/2013 (R\$)*	Índice Receitas de campanha para reeleição (0-1)**	Mesa Diretora - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)	CCJ ou CFFO - Membro Efetivo (1-Sim; 0-Não)
2007-2010	JOSÉ ROBSON DO NASCIMENTO	PTB	0	PTB	109.152,35	129.716,02	0,04	0	0	0	0
2007-2010	JOSEFINA ALELUIA DE AQUINO CARMO	PFL	1	PMDB	328.253,44	390.094,47	0,26	0	0	0	0
2007-2010	LUIZ AFONSO DE PROENÇA SEFER	PFL	0	PP	284.727,00	338.367,91	0,21	0	0	1	1
2007-2010	LUIZ EDUARDO ANAICE DA SILVA	PMDB	0	PMDB	63.457,76	75.412,83	-	0	0	0	0
2007-2010	MANOEL CARLOS ANTUNES	PSDB	1	PSDB	242.314,90	287.965,61	0,17	0	1	1	1
2007-2010	MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO	PV	1	PV	233.513,51	277.506,09	0,16	0	1	1	1
2007-2010	MARCIO DESIDÉRIO TEIXEIRA MIRANDA	PFL	1	DEM	405.095,18	481.412,75	0,33	0	1	0	1
2007-2010	MARIA ALVES DOS SANTOS	PSDB	0	PSDB	130.512,00	155.099,70	0,06	0	0	0	0
2007-2010	MARTINHO ARNALDO CAMPOS CARMONA	PDT	1	PMDB	353.438,81	420.024,62	0,28	0	1	0	1
2007-2010	REGINA LUCIA BARATA PINHEIRO DE SOUSA	PT	0	PT	228.673,90	271.754,73	0,16	0	1	0	1
2007-2010	SEBASTIÃO ROBERTO DOS SANTOS	PRB	0	PRB	166.579,16	197.961,70	0,10	0	0	1	1
2007-2010	SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA	PMDB	1	PMDB	365.230,00	434.037,20	0,29	0	0	1	1
2007-2010	SULEIMA FRAIHA PEGADO	PSDB	0	PSDB	173.513,80	206.202,79	0,11	0	0	1	1
2007-2010	VALDIR GANZER	PT	1	PT	1.101.564,67	1.309.093,03	1,00	0	0	0	0
2007-2010	WANDERLEY DA SILVA SANTOS	PV	0	PV	124.182,02	147.577,19	0,06	1	0	1	1

